

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

Milena Beatriz Silva Loubach

A estruturação do projeto da Trilha de Longo Curso Circuito Pico da Bandeira:
um estudo de caso sobre governança turística regional.

Milena Beatriz Silva Loubach

A estruturação do projeto da Trilha de Longo Curso Circuito Pico da Bandeira:
um estudo de caso sobre governança turística regional.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Educação a
Distância da Universidade Federal de Juiz
de Fora como parte dos Requisitos para
obtenção do Título de Especialista em
Gestão Pública do Turismo e
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta
Coorientador: Msc. Ananda Elisabeth Fernandes Roux

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Loubach, Milena Beatriz Silva.

A estruturação do projeto da Trilha de Longo Curso Circuito Pico da Bandeira : um estudo de caso sobre governança turística regional. / Milena Beatriz Silva Loubach. -- 2026.

62 f.

Orientador: Guilherme Augusto Pereira Malta

Coorientadora: Ananda Elisabeth Fernandes Roux

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. Governança turística. 2. Mobilização social. 3. Trilha de longo curso. 4. Circuito Turístico Pico da Bandeira. I. Malta, Guilherme Augusto Pereira, orient. II. Roux, Ananda Elisabeth Fernandes, coorient. III. Título.

Milena Beatriz Silva Loubach

A estruturação do projeto da Trilha de Longo Curso Circuito Pico da Bandeira:
um estudo de caso sobre governança turística regional.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro de Educação a
Distância da Universidade Federal de Juiz
de Fora como parte dos Requisitos para
obtenção do Título de Especialista em
Gestão Pública do Turismo e
Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 24 de março de 2026

BANCA EXAMINADORA

Dr. Guilherme Augusto Pereira Malta - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Msc. Ananda Elisabeth Fernandes Roux
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Altair Sancho Pivoto dos Santos
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho ao meu primogênito
Lucca, que com seus chutes me lembra
todos os dias do significado de amar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às mulheres que me antecederam, pela oportunidade de me dar o tempo para os estudos e me dedicar ao trabalho.

Agradeço a todos os meus professores, desde o ensino médio à pós-graduação, que me inspiram a seguir em frente.

Agradeço ao meu orientador Guilherme Malta, pela paciência e compreensão.

Aos meus familiares e amigos que me enxergam além da profissão.

A minha psicóloga e demais profissionais do SUS que cuidam da minha saúde mental e física.

Ao meu esposo Igor, pelo incentivo e amor.

Ao meu novo grande amor Lucca que mudou minha vida por inteiro.

Aos amigos espirituais, Jesus - o intercessor, mãe Maria e Deus que não me deixam desistir.

RESUMO

Este estudo analisa a proposta de implementação da Trilha de Longo Curso no Circuito Turístico Pico da Bandeira, com foco no processo de mobilização social e na governança regional do turismo. A pesquisa tem como objetivo compreender como os atores envolvidos no turismo percebem a mobilização necessária para a implementação do projeto. Para isso, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório, utilizando análise documental e aplicação de questionário com atores ligados ao turismo na região. Os resultados indicam que os participantes reconhecem a importância da participação dos municípios e da articulação entre os diferentes atores para o desenvolvimento do projeto. No entanto, também foram identificados desafios relacionados à comunicação, à articulação institucional e às diferenças nos estágios de desenvolvimento entre os municípios da região. Conclui-se que iniciativas como a trilha de longo curso podem contribuir para fortalecer o turismo regional, desde que acompanhadas por processos de planejamento participativo, mobilização social e fortalecimento da governança turística.

Palavras-chave: Governança turística; Mobilização social; Trilha de longo curso; Circuito Turístico Pico da Bandeira.

ABSTRACT

This study examines the proposal for implementing a Long-Distance Trail in the Pico da Bandeira Tourist Circuit, with a focus on the processes of social mobilization and regional tourism governance. The research aims to understand how stakeholders involved in tourism perceive the mobilization required for the project's implementation. To this end, a qualitative and exploratory approach was adopted, combining document analysis with the application of questionnaires to tourism-related actors in the region. The findings indicate that participants recognize the importance of municipal engagement and coordination among different stakeholders for the successful development of the project. However, challenges were also identified, particularly those related to communication, institutional coordination, and disparities in the stages of development among the municipalities in the region. It is concluded that initiatives such as long-distance trails can contribute to strengthening regional tourism, provided they are supported by participatory planning processes, effective social mobilization, and the consolidation of tourism governance.

Keywords: Tourism governance; Social mobilization; Long-distance trail; Pico da Bandeira Tourist Circuit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	–	Relação de documentos internos disponibilizados pela gestão da IGR Pico da Bandeira	27
Imagem 1	–	Mapa do Turismo Brasileiro - Região Pico da Bandeira.....	28
Imagem 2	–	Fluxo de turistas da IGR Pico da Bandeira.....	30
Imagem 3	–	Tabela de Projetos da IGR Pico da Bandeira.....	31
Imagem 4	–	Mapa dos municípios associados ao Circuito Pico da Bandeira.....	36
Imagem 5	–	Delimitação territorial e proposta preliminar do trajeto da trilha.....	37
Imagem 6	–	Etapas de trabalho da Fase 1 do projeto.....	37
Imagem 7	–	Objetivos da Fase 1 do projeto.....	38
Gráfico 1	–	Identificação dos respondentes no setor do turismo.....	42
Gráfico 2	–	Nível de concordância dos respondentes sobre participação, mobilização, comunicação e tomada de decisão na implementação da trilha.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 TURISMO, TERRITÓRIO E DESTINOS TURÍSTICOS	15
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO.....	17
2.3 GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS E GOVERNANÇA	20
3 A INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL (IGR) CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA	25
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA IGR PICO DA BANDEIRA	27
3.2 PROJETO TRILHA DE LONGO CURSO CIRCUITO PICO DA BANDEIRA	31
3.2.1 Viabilização do projeto: Convênio	33
3.2.2 Processo Decisório e Sensibilização institucional	34
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA	39
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES	41
4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR MUNICÍPIO	43
4.3 PERCEPÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA NO PROJETO	44
4.4 SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES DOS RESPONDENTES	48
5 CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICE.....	62

1 INTRODUÇÃO

O turismo configura-se como um fenômeno social, econômico, cultural e territorial complexo, que envolve deslocamentos temporários de pessoas e a interação entre visitantes, comunidades anfitriãs, recursos naturais e culturais, serviços e infraestrutura. Mais do que uma atividade associada ao lazer e ao entretenimento, o turismo assume papel estratégico no desenvolvimento dos territórios, ao gerar impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais, demandando, portanto, planejamento, organização e gestão adequados (SECULT, 2014; Emmendoerfer *et al.*, 2023).

Na literatura contemporânea, o turismo é compreendido a partir de uma abordagem sistêmica, na qual o destino turístico ocupa posição central. Segundo a Organização Mundial do Turismo, o destino corresponde a um espaço onde se concentram produtos, serviços, atividades e experiências, envolvendo múltiplos atores e relações que extrapolam limites administrativos (WTO, 2019 *apud* Emmendoerfer *et al.*, 2023). Essa compreensão reforça a ideia de que o turismo se materializa no território por meio de processos de organização, articulação institucional e governança.

Sob a perspectiva do desenvolvimento regional, o turismo tem sido amplamente adotado como estratégia de integração territorial e de diversificação econômica, especialmente quando estruturado de forma regionalizada. No Brasil, essa abordagem consolidou-se a partir da implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que estabeleceu a região turística como unidade básica de planejamento e instituiu arranjos de governança voltados à cooperação intermunicipal (Brasil, 2004a; Brasil, 2018b). Em Minas Gerais, a política de regionalização antecedeu a iniciativa federal, com a criação dos Circuitos Turísticos, posteriormente reconhecidos como Instâncias de Governança Regionais (SECULT, 2014).

Nesse contexto, a gestão de destinos turísticos assume relevância estratégica, uma vez que envolve a coordenação de ações, a articulação de atores e a organização da oferta turística em um território específico. A literatura aponta que a gestão de destinos difere da gestão empresarial tradicional, por envolver múltiplos interesses, relações interdependentes e a necessidade de mecanismos de governança capazes

de integrar políticas públicas, mercado e sociedade civil (Koróssy; Calabria; Cordeiro, 2020; Koróssy; Holanda; Cordeiro, 2022).

Projetos estruturantes inserem-se nesse cenário como instrumentos capazes de materializar as diretrizes do planejamento e da governança regional. Entre esses projetos, destacam-se as trilhas de longo curso, compreendidas como produtos turísticos complexos que articulam conservação ambiental, uso público e desenvolvimento regional. De acordo com Omena *et al.* (2020), as trilhas de longo curso configuram-se como corredores de conectividade ecológica e turística, exigindo elevados níveis de articulação institucional e organização da gestão, especialmente quando atravessam diferentes municípios e territórios.

No âmbito da Instância de Governança Regional Circuito Pico da Bandeira, a Trilha de Longo Curso é apresentada como um projeto regional que deverá envolver diferentes parceiros e exigir articulação entre poder público, iniciativa privada e comunidade local. Por se tratar de uma proposta ainda em fase de organização, será importante compreender como se dará sua implementação, especialmente no que diz respeito à mobilização social e à participação dos atores envolvidos.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como a mobilização social para a implementação da Trilha de Longo Curso do Circuito Turístico Pico da Bandeira é percebida pelos atores envolvidos no turismo regional?

O objetivo geral do artigo é analisar a percepção dos atores envolvidos no turismo regional sobre o processo de mobilização social relacionado à proposta de implementação da Trilha de Longo Curso do Circuito Turístico Pico da Bandeira. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os atores que deverão estar envolvidos na implementação da trilha; analisar a percepção dos participantes sobre a importância da mobilização de instituições públicas, setor privado e comunidade local para o desenvolvimento do projeto; discutir de que forma a mobilização social pode contribuir para o fortalecimento da governança regional no contexto da IGR Circuito Pico da Bandeira.

O recorte na mobilização social se justifica por compreender que a implementação de uma trilha de longo curso não se limitará a aspectos técnicos ou estruturais, mas exigirá articulação, engajamento e participação de diferentes atores. Conforme destacam De Paula, Castro e Alvares (2018), o empoderamento exerce papel central na mobilização social em contextos de desenvolvimento sustentável

local, ao fortalecer grupos historicamente pouco inseridos nos processos decisórios e ampliar os espaços institucionais de articulação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, analisar como se dará a mobilização social na implementação da trilha permitirá compreender não apenas a futura construção de um produto turístico regional, mas também os possíveis avanços na participação social e no fortalecimento da governança no âmbito da IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira.

A relevância do estudo justifica-se, no campo acadêmico, pela contribuição à literatura sobre gestão de destinos, governança regional e mobilização social em projetos turísticos de base territorial, ainda pouco explorada no que se refere às trilhas de longo curso. No âmbito institucional, o trabalho poderá oferecer subsídios para a atuação das Instâncias de Governança Regionais e para a gestão pública do turismo, ao analisar o projeto sob a perspectiva da mobilização social e da articulação entre os atores envolvidos. Por fim, no plano territorial, o estudo contribuirá para a reflexão sobre estratégias de integração regional, participação social e desenvolvimento turístico sustentável, a partir de uma proposta inserida no contexto do turismo de natureza.

É importante destacar que a Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira não se configura, no momento, como um produto turístico consolidado, mas como um projeto em processo de estruturação, em diferentes estágios de planejamento, organização e implementação. Trata-se de uma iniciativa ainda em construção, cujos elementos constitutivos como governança, articulação institucional, definição do produto, operacionalização e estratégias de gestão, encontram-se em desenvolvimento, o que justifica a abordagem analítica adotada neste estudo.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo possui abordagem qualitativa, pois busca compreender como poderá ocorrer a mobilização social e a articulação entre os atores envolvidos na implementação da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira. A pesquisa também apresenta caráter exploratório, considerando que o projeto ainda está em fase de organização e planejamento.

Como recorte temporal, serão analisadas ações, documentos e percepções relacionadas ao período de elaboração e organização do projeto da trilha, compreendendo o intervalo entre 2025 e início de 2026.

Inicialmente, será realizada pesquisa bibliográfica em bases acadêmicas, como Google Acadêmico e Plataforma CAPES, utilizando as seguintes palavras-chave: gestão pública; turismo; instâncias de governança regionais; gestão de destinos; mobilização social; governança turística; e trilhas de longo curso. Essa etapa tem como objetivo construir o referencial teórico do estudo.

Em seguida, será adotado o estudo de caso, tendo como objeto o projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira. A pesquisa também utilizará análise documental, contemplando documentos institucionais, normativos e técnicos relacionados ao projeto, às políticas públicas de turismo e à regionalização do turismo, como planos, relatórios, atas, materiais institucionais e documentos produzidos pela IGR e por órgãos públicos vinculados ao setor.

Além disso, foi realizada uma pesquisa de opinião pública (Apêndice I) não identificada, com o objetivo de compreender percepções sobre a implementação da trilha e sua importância para o turismo regional. O questionário foi estruturado na plataforma Google Forms e ficou disponível para respostas durante o período de 10 dias. O questionário foi divulgado por meio de grupos de mensagens e redes sociais, buscando alcançar diferentes atores sociais relacionados ao projeto, como: gestores públicos municipais e regionais ligados ao turismo; representantes da iniciativa privada e do trade turístico; membros da comunidade local dos municípios envolvidos; integrantes de instituições e organizações parceiras do projeto.

O instrumento de coleta foi composto por perguntas afirmativas elaboradas com base na escala *Likert* de 1 a 5, permitindo que os participantes indiquem seu nível de concordância em relação às afirmações apresentadas. De acordo com Singh (2006 *apud* Costa Júnior *et al.* 2024), a escala *Likert* é estruturada a partir de um conjunto de declarações relacionadas a determinado tema, nas quais os participantes expressam seu grau de concordância ou discordância em níveis graduais, formando um conjunto articulado que revela uma dimensão específica da atitude em relação à questão analisada.

Atendendo às orientações metodológicas, o instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa encontra-se apresentado no Apêndice I deste trabalho, permitindo maior transparência quanto à estrutura do questionário aplicado. Destaca-se, no entanto, que o questionário contou predominantemente com perguntas fechadas, especialmente por meio da escala *Likert*, o que facilitou a tabulação e análise dos dados. Por outro lado, reconhece-se como limitação a presença de poucas

questões abertas, o que pode ter restringido uma compreensão mais aprofundada sobre os desafios relacionados à mobilização e ao engajamento social no projeto. Dessa forma, sugere-se que estudos futuros incluam um número maior de perguntas abertas, possibilitando captar de forma mais detalhada as percepções, críticas e experiências dos atores envolvidos no processo de implementação da trilha.

Os dados obtidos são analisados por meio de interpretação qualitativa e análise descritiva dos resultados, buscando identificar tendências de percepção, expectativas e possíveis contribuições dos atores sociais em relação ao projeto. A análise foi realizada considerando os seguintes critérios:

1. Grau de concordância dos respondentes sobre a relevância da trilha;
2. Percepção sobre participação e mobilização social;
3. Expectativas quanto aos impactos turísticos e territoriais do projeto;
4. Entendimento sobre o papel dos diferentes atores na implementação da trilha.

Dessa forma, a combinação entre pesquisa bibliográfica, análise documental, estudo de caso e pesquisa de opinião pública permitirá compreender o projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira a partir da perspectiva da mobilização social, da participação dos atores envolvidos e do fortalecimento da governança regional.

O presente trabalho contou com o auxílio de ferramentas de inteligência artificial, como o ChatGPT, em algumas partes do texto, principalmente para revisão e melhoria da escrita. Ressalta-se que nenhuma etapa da pesquisa foi realizada pela inteligência artificial. Todos os conteúdos, análises e reflexões foram produzidos pela autora, sendo as ferramentas utilizadas apenas para ajudar a organizar as ideias e melhorar a clareza da escrita. O uso dessas ferramentas teve apenas o objetivo de revisar e aperfeiçoar o texto, buscando maior clareza e adequação à escrita acadêmica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TURISMO, TERRITÓRIO E DESTINOS TURÍSTICOS

O turismo é compreendido como um fenômeno social, econômico, cultural e territorial que envolve deslocamentos temporários de pessoas, interações entre visitantes e comunidades anfitriãs, bem como o uso e a apropriação de recursos

naturais e culturais. A Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais destaca que o turismo, embora frequentemente associado ao lazer e ao entretenimento, constitui uma atividade capaz de gerar impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais significativos nos territórios onde se desenvolve (SECULT, 2014). Emmendoerfer *et al.* (2023) afirmam que o turismo deve ser analisado a partir de uma perspectiva sistêmica, considerando a complexidade de relações que se estabelecem entre oferta, demanda, território e gestão. Para os autores, o turismo contemporâneo não se restringe à prestação de serviços isolados, mas configura-se como um sistema integrado de experiências, no qual o destino turístico assume papel central.

O turismo pode ser compreendido como uma atividade social complexa, que envolve relações entre turistas, comunidade local e organizações responsáveis pela oferta de produtos e serviços turísticos. Nesse contexto, o destino turístico configura-se como um sistema formado por atrações naturais e construídas, recursos materiais e financeiros, diferentes atores sociais e institucionais, além de múltiplos interesses. Essas partes interagem de forma dinâmica, influenciando-se mutuamente e realizando adaptações constantes em resposta ao ambiente, característica própria de um sistema aberto (Silva; Costa, 2014). Segundo a Organização Mundial do Turismo, o destino turístico é definido como:

Um espaço físico com ou sem limites administrativos no qual um visitante pode pernoitar. É um agrupamento de produtos, serviços, atividades e experiências ao longo da cadeia de valor do turismo, incorporando várias partes interessadas e podendo formar redes para configurar destinos maiores (WTO, 2019, p. 14–15 *apud* Emmendoerfer *et al.*, 2023).

Essa definição evidencia que os destinos turísticos não se limitam a recortes administrativos, sendo construídos a partir de redes de atores, produtos e experiências. Emmendoerfer *et al.* (2023) reforçam que os destinos são espaços de vivência e consumo simbólico, nos quais o turista constrói percepções e significados a partir das experiências oferecidas.

Entender o destino turístico como um sistema integrado, formado por diferentes atores, recursos e relações, ajuda a reforçar a importância do território para o desenvolvimento do turismo. Assim, o destino turístico pode ser compreendido como uma construção coletiva e dinâmica, resultado da interação entre atores públicos e privados, políticas públicas, planejamento e gestão, sendo esse entendimento fundamental para a análise de projetos estruturantes no âmbito regional. Como

destacam Silva e Costa (2014), o destino vai além do produto turístico, envolvendo relações sociais e institucionais que influenciam sua organização e gestão, sendo a experiência do turista um elemento central nesse processo. Dessa forma, o território concentra os recursos, as infraestruturas e as relações sociais que tornam o turismo possível, permitindo que a atividade contribua para o desenvolvimento regional, especialmente quando planejada de forma integrada entre os municípios.

Maracajá *et al.* (2025) destacam que o turismo tem sido amplamente utilizado como estratégia de desenvolvimento regional sustentável no Brasil, especialmente a partir da adoção de políticas públicas voltadas à regionalização. Contudo, os autores alertam que o desenvolvimento turístico regional não ocorre de maneira espontânea, exigindo planejamento, coordenação e governança. Koróssy, Holanda e Cordeiro (2022) ressaltam que a simples existência de atrativos não garante o desenvolvimento do turismo, sendo fundamental a capacidade de organização do destino e a transformação dos recursos em produtos turísticos estruturados.

O desenvolvimento do turismo envolve diferentes fatores que precisam ser considerados de forma integrada, como o planejamento, a sustentabilidade, a articulação entre os diversos atores e a atuação conjunta do poder público, da iniciativa privada, do terceiro setor e da sociedade civil. Nesse processo, destaca-se o papel das instituições públicas responsáveis pela gestão do turismo, sobretudo em municípios que veem na atividade uma alternativa para o crescimento econômico. Apesar de seu potencial de geração de renda, o turismo é uma atividade complexa, que demanda planejamento, investimentos e políticas públicas específicas voltadas à gestão dos espaços turísticos e à preservação ambiental. A criação do Ministério do Turismo, em 2003, contribuiu para o direcionamento estratégico das políticas públicas do setor por meio de instrumentos como o Plano Nacional do Turismo (Virginio; Ferreira, 2013).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Para que o turismo se desenvolva de forma equilibrada, sem causar impactos negativos às comunidades locais, é necessário que as políticas de desenvolvimento turístico ultrapassem uma visão apenas econômica e passem a considerar o desenvolvimento de forma mais ampla. Nesse contexto, ganha destaque a abordagem do desenvolvimento regional, aplicada não só ao turismo, mas também a outras

atividades produtivas e políticas. Esse modelo valoriza as relações entre os diferentes atores de um território, considerando de forma integrada as pessoas, os recursos e as tecnologias disponíveis (Barbará; Leitão; Fontes-Filho, 2007). O desenvolvimento regional no turismo está diretamente relacionado à capacidade de articulação entre territórios, atores e políticas públicas.

O Ministério do Turismo tem adotado políticas públicas voltadas à organização do turismo no território nacional, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo. Esse programa propõe uma estrutura mais descentralizada, dando maior autonomia às regiões para planejar, gerenciar e acompanhar políticas, projetos e ações voltadas ao setor. Nesse modelo, cada região é organizada por meio de uma Instância de Governança Regional, responsável pela análise, coordenação e monitoramento das ações de turismo em seu território (Lima, 2025).

Regionalizar é gerir, estruturar e promover o turismo no país de forma descentralizada e integrada. Em suma, implementar a regionalização no setor turístico significa promover a cooperação e a parceria entre os poderes públicos, organizações sociais, agentes econômicos e comunidade, com base na flexibilidade, articulação, mobilização e cooperação (SECULT, 2014).

A regionalização é um dos princípios da Política Nacional de Turismo, conforme estabelecido pela Lei nº 11.771, de 2008, e está associada ao princípio da descentralização da atividade turística. Essa abordagem busca promover o desenvolvimento endógeno, valorizando os recursos locais naturais, culturais e humanos, como base para o crescimento econômico e social de forma mais justa e sustentável. No turismo, o desenvolvimento endógeno envolve o fortalecimento das comunidades locais e a participação dos moradores no planejamento e na gestão da atividade, de modo que os benefícios sejam distribuídos de forma mais equilibrada. Além disso, a regionalização ultrapassa a lógica de promoção de destinos isolados, ao incentivar a criação de redes entre municípios, a integração territorial e a desconcentração dos fluxos turísticos, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a sustentabilidade do setor (Brasil, 2024c).

De acordo com o Ministério do Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo representou um marco na política pública nacional, ao estabelecer a região turística como unidade básica de planejamento e gestão:

O Programa de Regionalização do Turismo foi concebido como uma estratégia para promover a gestão descentralizada, integrada e participativa do turismo, estimulando a cooperação entre municípios e

o fortalecimento institucional das regiões turísticas (Brasil, 2004a, p. 12).

O documento destaca ainda que a regionalização busca superar a fragmentação das ações turísticas, promovendo a integração entre municípios com diferentes níveis de desenvolvimento turístico. Em documentos posteriores, o Ministério do Turismo reafirma a regionalização como instrumento para a organização da oferta turística e para a promoção do desenvolvimento regional (Brasil, 2018b).

A regionalização do turismo pode ser entendida como um processo de organização do espaço, conduzido pelo Estado, com o objetivo de planejar e ordenar a atividade turística. O conceito de região utilizado nesse processo varia conforme os objetivos da regionalização, podendo considerar apenas aspectos naturais ou integrar dimensões econômicas, políticas e culturais. Assim, a noção de região é compreendida de forma ampla, reunindo diferentes elementos que influenciam a organização do território turístico (Rodrigues; Souza, 2015).

No contexto mineiro, a política de regionalização antecedeu a iniciativa federal, com a criação dos Circuitos Turísticos ainda no início dos anos 2000. Segundo a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, os circuitos turísticos foram concebidos como associações sem fins lucrativos, responsáveis por articular municípios e promover o turismo regional de forma integrada (SECULT, 2014).

Vale ressaltar que, em Minas Gerais, a regionalização do turismo já havia sido implantada em 2001, por meio da política estadual, que incentivou a criação dos circuitos turísticos, também fundamentada no princípio de descentralização política e regionalização da atividade, caracterizando, assim, os circuitos como instâncias de governança (Alves; Souza, 2019, p.48).

Silva *et al.* (2022) destacam que Minas Gerais tornou-se referência nacional na política de regionalização do turismo, em função da consolidação institucional dos circuitos turísticos e do fortalecimento das instâncias regionais. Os autores ressaltam que a regionalização implica não apenas a delimitação territorial, mas a construção de identidades regionais e estratégias conjuntas de promoção e gestão.

O desenvolvimento do turismo passou a ser planejado por meio da política dos Circuitos Turísticos, considerada uma das principais ações da Secretaria de Estado de Turismo, em articulação com o Plano Nacional de Turismo. Essa estratégia foi criada para organizar o turismo nos municípios e nas regiões, com o objetivo de atrair mais visitantes, aumentar o tempo de permanência nos destinos e fortalecer o comércio e os serviços turísticos locais. Por muito tempo, o turismo no estado esteve

concentrado principalmente nas cidades históricas e termas, o que gerou a necessidade de ampliar e reorganizar essa atuação. Nesse contexto, os Circuitos Turísticos surgiram como uma política pública voltada à descentralização e à regionalização do turismo, aproximando o Estado dos municípios e estimulando o trabalho conjunto entre poder público, iniciativa privada e sociedade, com base no associativismo e na cooperação regional (Emmendoerfer, 2008).

Maracajá *et al.* (2025) reforçam que a regionalização do turismo contribui para a descentralização do desenvolvimento, permitindo que municípios com menor estrutura turística se beneficiem da integração regional. Contudo, os autores enfatizam que o sucesso dessa estratégia depende da capacidade de governança e da continuidade das políticas públicas. Dessa forma, as políticas públicas de regionalização configuram-se como elemento central para a análise de projetos turísticos regionais, uma vez que estabelecem diretrizes, instrumentos e arranjos institucionais que orientam a organização e a gestão dos destinos.

2.3 GESTÃO DE DESTINOS TURÍSTICOS E GOVERNANÇA

O planejamento turístico é apontado pela literatura como um dos pilares da gestão de destinos. Emmendoerfer *et al.* (2023) afirmam que o planejamento deve ser entendido como um processo participativo e negociado, capaz de conciliar desenvolvimento econômico, preservação ambiental e inclusão social. “Os objetivos do planejamento do turismo devem abarcar a gestão de destinos turísticos enquanto instrumento de progresso social, proteção ambiental e crescimento econômico sustentável” (Emmendoerfer *et al.*, 2023, p. 12–13).

A gestão de destinos turísticos refere-se ao conjunto de processos voltados à organização, coordenação e monitoramento da atividade turística em um território específico. Koróssy, Holanda e Cordeiro (2022) definem a gestão de destinos como um processo contínuo que envolve planejamento, implementação e avaliação de ações destinadas a alinhar oferta e demanda turística, garantindo competitividade e sustentabilidade. Os autores destacam que a gestão de destinos difere da gestão empresarial tradicional, pois envolve múltiplos atores, interesses diversos e relações interdependentes.

Todas as atribuições envolvidas na gestão de destinos não podem ser realizadas de maneira minimamente razoável sem que haja uma

entidade precipuamente constituída para esse fim (Koróssy; Calabria; Cordeiro, 2020, p. 22).

Martins, Costa e Pacheco (2013) acrescentam que os sistemas de gestão de destinos tornam-se ainda mais relevantes em um contexto de intensificação do uso das tecnologias da informação e comunicação, exigindo organização em rede, cooperação e governança institucional. Assim, a gestão de destinos turísticos demanda planejamento estruturado, coordenação institucional e mecanismos de governança capazes de integrar políticas públicas, mercado e sociedade civil.

A gestão de destinos turísticos é fundamental para promover o desenvolvimento de forma equilibrada, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais. Esse processo depende do diálogo e da colaboração entre diferentes setores e atores, levando em conta interesses de curto e longo prazo, não sendo uma responsabilidade exclusiva do Estado, embora o poder público tenha papel central. O gestor de destinos atua como articulador desse sistema, organizando as atividades turísticas e representando interesses diversos, de modo a garantir que tanto as populações locais quanto os turistas sejam beneficiados pela atividade turística (Vignati, 2020).

A gestão de destinos turísticos está diretamente relacionada à governança turística, uma vez que ambas envolvem a articulação entre diferentes atores e interesses no território. Enquanto a gestão de destinos busca organizar, planejar e orientar as ações do turismo de forma integrada, a governança turística refere-se aos processos de tomada de decisão compartilhada, baseados no diálogo, na cooperação e na participação do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. Dessa forma, a governança cria as condições necessárias para que a gestão do destino aconteça de maneira mais eficiente, transparente e alinhada aos objetivos de desenvolvimento do território.

A governança no turismo refere-se aos mecanismos de articulação e cooperação entre atores públicos, privados e da sociedade civil envolvidos no desenvolvimento da atividade turística. Para De Paula, De Castro e Alvares (2018), governança diz respeito à capacidade do Estado e das organizações de promover processos participativos, ampliando a legitimidade das decisões públicas. Barbará, Leitão e Fontes-Filho (2007) destacam que a governança regional do turismo não se consolida apenas por meio de instrumentos legais, sendo fundamental a construção de relações de confiança, legitimidade e cooperação entre os atores envolvidos:

A governança está relacionada à forma como diferentes atores participam do planejamento e da gestão de ações, tanto no setor público quanto no privado e no terceiro setor. O envolvimento desses atores é fundamental para que as ações ocorram de maneira organizada e coerente, contribuindo para o desenvolvimento das regiões. No caso do turismo, a governança ganha importância por orientar o planejamento e a gestão das regiões turísticas, especialmente no contexto brasileiro (Conceição, 2020).

O conceito de governança passa a ser incorporado à política nacional de regionalização do turismo a partir da criação das instâncias de governança regionais e locais. Essas instâncias foram instituídas com o objetivo de articular representantes do poder público, da iniciativa privada e do terceiro setor, visando à execução de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo. Entre suas funções estão a organização de grupos gestores locais, o levantamento de projetos em andamento ou em fase de proposta nos municípios e o direcionamento dos esforços para a implementação das ações definidas para o desenvolvimento turístico regional (Fernandes; Coriolano, 2015).

Uma instância de governança não se consolida unicamente por decreto. A legitimidade, a articulação interinstitucional e a capacidade técnica dos atores são elementos centrais para sua efetividade (Barbará; Leitão; Fontes-Filho, 2007, p. 15).

No âmbito da política nacional de turismo, as Instâncias de Governança Regionais (IGRs) surgem como espaços formais de articulação intermunicipal, responsáveis pelo planejamento, coordenação e monitoramento das ações turísticas regionais (Brasil, 2004a).

A partir dos princípios de integração, participação, gestão coordenada e descentralização previstos no Programa de Regionalização do Turismo, as Instâncias de Governança Regionais assumem papel central no planejamento e no desenvolvimento do turismo nas regiões. Cabe a essas instâncias definir prioridades, coordenar decisões, planejar e executar ações, além de participar das decisões políticas, econômicas e sociais em nível regional. A institucionalização das IGRs tem como objetivo fortalecer a capacidade dos grupos locais para lidar com seus desafios, estabelecer metas e gerenciar de forma mais eficiente os recursos disponíveis (Brasil, 2007d). Mtur define os objetivos e estratégias de institucionalização das IGRs:

- criar comunicação regional para a operacionalização do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

- coordenar todo o processo da regionalização do turismo de uma região turística;
- descentralizar as ações de coordenação do processo, deslocando-as da União para o Estado, e deste para as regiões turísticas.

As estratégias para alcançar tais objetivos são:

- organizar e coordenar os diversos atores para trabalhar com o foco centrado na região turística, de modo a considerar as especificidades de cada município;
- avaliar e apoiar os projetos elaborados pelos diversos agentes do processo de consolidação da região turística, quando necessário;
- mobilizar parceiros regionais para integrarem o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil;
- participar do planejamento e apoiar a gestão dos roteiros e produtos turísticos;
- integrar as ações intra-regionais e interinstitucionais;
- realizar o planejamento, o acompanhamento, a monitoria e a avaliação das estratégias operacionais do Programa no âmbito regional;
- captar recursos e otimizar seu uso (Brasil, 2007d, p. 20).

A governança turística está relacionada aos processos de definição de regras e diretrizes que orientam a organização e o desenvolvimento do turismo, sendo fundamental para a gestão das demandas dos municípios e para a coordenação das ações no âmbito regional. No contexto brasileiro, a diversidade de arranjos institucionais e administrativos reforça a importância das políticas públicas como instrumentos para orientar práticas mais eficientes na gestão do turismo, tanto no setor público quanto no privado. A regionalização do turismo está diretamente ligada à governança, uma vez que depende da participação contínua dos atores públicos e privados para fortalecer os processos de gestão e orientar iniciativas de desenvolvimento. Apesar dos avanços, os resultados do Programa de Regionalização do Turismo ainda estão em construção, indicando a necessidade de ajustes nas estratégias e nos processos adotados para alcançar resultados mais efetivos no desenvolvimento das regiões turísticas (Anjos; Andrade, 2021).

Esses arranjos institucionais assumem papel estratégico na implementação de projetos estruturantes. Entre esses projetos, destacam-se as trilhas de longo curso, reconhecidas como instrumentos de integração territorial, conservação ambiental e diversificação da oferta turística. Omena *et al.* (2020) afirmam que as trilhas de longo curso configuram-se como corredores de conectividade ecológica e turística, articulando unidades de conservação, comunidades locais e destinos turísticos. “As trilhas de longo curso representam uma estratégia de planejamento territorial,

integrando conservação da natureza, recreação ao ar livre e desenvolvimento regional sustentável” (Omena *et al.*, 2020, p. 14).

O Ministério do Turismo reconhece as trilhas de longo curso como produtos turísticos estratégicos no contexto do turismo de natureza e do ecoturismo, alinhados às diretrizes da Política Nacional de Turismo (Brasil, 2018b). Contudo, Omena *et al.* (2020) alertam que a sustentabilidade desses projetos depende da existência de governança regional sólida e de processos contínuos de monitoramento. Dessa forma, a análise de projetos de trilhas de longo curso exige a compreensão integrada da governança regional, da gestão de destinos e das políticas públicas, elementos fundamentais para a consolidação desses produtos no âmbito do desenvolvimento regional sustentável.

A boa governança em projetos de desenvolvimento regional depende da identificação e do envolvimento das partes interessadas, bem como da integração dessas demandas às estratégias dos projetos. Valores como transparência, comunicação e diálogo são fundamentais para fortalecer a governança e garantir sua sustentabilidade no longo prazo. Após a identificação, a organização e a priorização dos atores envolvidos, torna-se necessário definir temas estratégicos que orientem os projetos de desenvolvimento regional, incluindo a formatação de produtos turísticos, a capacitação em gestão e operação, a melhoria da estrutura de atendimento ao turista, o envolvimento da comunidade local, a gestão da qualidade da atividade turística e a promoção e comercialização do território (De Paula; De Castro; Alvares, 2018).

No âmbito da gestão de destinos turísticos, é fundamental diferenciar produtos turísticos consolidados de projetos estruturantes em fase de concepção ou implementação. Projetos dessa natureza caracterizam-se por processos ainda não concluídos de planejamento, articulação institucional e definição operacional, demandando análises que privilegiem o percurso, os arranjos organizacionais e os mecanismos de governança, mais do que os resultados finais. Nesse sentido, a Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira é compreendida neste estudo como um projeto estruturante em desenvolvimento, cuja materialização como produto turístico depende de decisões, pactuações e estratégias ainda em curso.

3 A INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL (IGR) CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA

O Decreto nº 48.804, de 25 de abril de 2024, estabelece as regras para a certificação dos circuitos turísticos como Instâncias de Governança Regionais, em conformidade com a política estadual de turismo e com as diretrizes da Política de Regionalização do Turismo em Minas Gerais. De acordo com o decreto, os circuitos turísticos são associações sem fins lucrativos formadas por municípios de uma mesma região, que compartilham características culturais, sociais e econômicas e se organizam de forma conjunta para planejar, desenvolver e fortalecer a atividade turística local e regional de maneira sustentável, descentralizada e com a participação da sociedade civil e do setor privado. Em seu segundo artigo, o decreto exemplifica que compete às IGRs:

- I – promover a articulação entre os setores público e privado, visando ao desenvolvimento sustentável do turismo regional e à integração de interesses associados à cadeia produtiva do turismo e da economia criativa;
- II – atuar na interlocução entre os entes federativos e as entidades locais no âmbito da regionalização e descentralização do turismo no Estado;
- III – promover, articular e fomentar a cadeia produtiva do turismo, considerando a interface do setor com outras atividades regionais, como a cultura, o patrimônio, a economia criativa, o esporte, o comércio, a indústria e o meio ambiente;
- IV – promover a realização de pesquisas e diagnósticos que demonstrem as potencialidades de sua área de abrangência, de modo a subsidiar o planejamento regional, a tomada de decisões, a implementação e a avaliação do turismo na região;
- V – elaborar o planejamento regional do turismo, por meio de programas e projetos direcionados ao desenvolvimento da região, visando à autonomia na gestão e à sustentabilidade financeira;
- VI – apoiar os municípios de sua área de abrangência na gestão das demandas locais, promovendo a integração e o planejamento regional;
- VII – fomentar a participação da comunidade local no desenvolvimento do turismo, visando à sustentabilidade econômica, ambiental e cultural da região;
- VIII – observar as orientações da Secult quanto ao planejamento e à implementação da ação de Desenvolvimento da Política de Regionalização do Turismo;
- IX – celebrar contratos e convênios com a União, estados e municípios, observada a legislação vigente;
- X – captar recursos para investimentos na região de abrangência, por meio de mecanismos de fomento;
- XI – estimular ações de marketing visando à promoção do turismo na sua área de abrangência (Decreto nº 48.804, de 25 de abril de 2024, Art. 2.).

As instâncias de governança podem ser organizadas de diferentes formas, podendo ser privadas, públicas ou mistas, envolvendo a participação conjunta dos setores público e privado. Esses arranjos reúnem diversos atores, como empresas, associações, órgãos governamentais em diferentes níveis, universidades, centros tecnológicos e agências de desenvolvimento. Nesse contexto, um dos atores assume o papel de coordenação das ações desenvolvidas, garantindo a articulação entre os envolvidos (Viana, 2012).

Uma instância de governança, seja regional ou local, não se consolida apenas por meio de leis ou decretos, sendo necessária a construção de legitimidade, articulação entre instituições e capacidade técnica e política dos representantes envolvidos. O fortalecimento da governança depende do aprimoramento das relações entre os diferentes atores interessados no desenvolvimento do turismo, o que pode ser alcançado por meio da criação de redes permanentes de relacionamento entre governos estaduais e municipais, organizações empresariais do setor, entidades comunitárias, trabalhadores e microempreendedores (Barbará; Leitão; Fontes-Filho, 2007).

As instâncias de governança nos destinos e regiões turísticas exercem um papel estratégico ao funcionarem como espaços de articulação entre diferentes atores sociais. Elas atuam na proposição, análise e acompanhamento de políticas, planos, projetos e ações voltadas ao turismo sustentável. Além disso, essas instâncias são responsáveis pela gestão do Programa de Regionalização do Turismo em seus territórios, contribuindo para a organização e o desenvolvimento do turismo por meio da articulação com os colegiados municipais, estaduais e nacionais ligados ao setor (Brasil, 2004c).

Neste tópico serão apresentadas informações institucionais da IGR Pico da Bandeira, com base em documentos internos disponibilizados pela gestão da própria instituição. Considerando a escassez de pesquisas bibliográficas específicas voltadas a esta instância de governança, o uso desses documentos torna-se fundamental para a compreensão de sua atuação. Tal contexto reforça a relevância deste estudo, bem como a análise do processo de gestão desenvolvido no âmbito da própria IGR.

Este trabalho utiliza documentos produzidos pela própria Instância de Governança Regional (IGR) Circuito Turístico Pico da Bandeira como base para a análise institucional. Para facilitar a leitura e evitar a repetição dos nomes completos

dos documentos ao longo do texto, eles serão identificados como Documento Interno em ordem sequencial.

Quadro 1 - Relação de documentos internos disponibilizados pela gestão da IGR
Pico da Bandeira

Identificação	Documento interno
Documento Interno 1	Estatuto Social da Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira
Documento Interno 2	Planejamento Estratégico 2025–2028
Documento Interno 3	Plano de Trabalho – Implementação da Trilha de Longo Curso Cicloturismo Pico da Bandeira
Documento Interno 4	Projeto da Trilha de Longo Curso Circuito Pico da Bandeira

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA IGR PICO DA BANDEIRA

A Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira foi criada em 21 de novembro de 2001 e, posteriormente, passou a integrar o Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo como Instância de Governança Regional (IGR). A instituição tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado e sustentável da atividade turística na região, atuando na coordenação de ações de promoção turística, qualificação dos serviços, incentivo à infraestrutura turística e preservação do patrimônio natural e cultural. Além disso, exerce papel estratégico como articuladora entre os municípios associados e os órgãos estaduais e federais de turismo, facilitando o acesso a políticas públicas, programas e recursos voltados ao setor. O Circuito Turístico Pico da Bandeira abrange 24 municípios localizados na Zona da Mata e na região do Caparaó, tendo como principal referência territorial o Parque Nacional do Caparaó, onde se localiza o Pico da Bandeira, terceiro ponto mais alto do Brasil (Documento Interno 3).

De acordo com o Estatuto Social, atualizado neste ano de 2026 (Documento Interno 01) a Instância de Governança Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira configura-se como uma entidade civil sem fins lucrativos, constituída por municípios, com prazo de duração indeterminado e dotada de autonomia administrativa e financeira, sendo regida por estatuto próprio e pela legislação aplicável. Seus objetivos institucionais estão voltados à promoção de atividades de relevância pública e social em diferentes escalas territoriais, oferecendo aos municípios associados orientação e assessoria quanto à Política Nacional de Turismo, com ênfase no desenvolvimento turístico e cultural e na consolidação da cultura regional como produto turístico específico. Assim a Instância apresenta os seguintes objetivos:

- 28

- VII. Promoção de atividades educacionais, cursos, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, visando sua qualificação para o setor de turismo e eventos, além de desenvolver, na população da região, cultura voltada ao melhor atendimento possível aos turistas, bem como de incentivar contribuições, de diferentes maneiras, ao desenvolvimento do turismo das cidades que compõem a referida região;
- VIII. Firmar convênios, intercâmbios e permutas, com instituições públicas ou privadas, visando à viabilização de projetos e eventos socioculturais voltados ao turismo;
- IX. Promoção, patrocínio, apoio e/ou incentivo, a exposições, feiras, mostras, bem como eventos culturais, esportivos, recreativos, tecnológicos e outros, já existentes ou que venham a ser gerados na Região;
- X. Incentivo e patrocínio à pesquisas nos campos da arte, esportes, cultura, gastronomia e lazer, visando o incremento do turismo e de eventos na Região;
- XI. Promoção e divulgação, o mais intensamente possível, dos produtos turísticos da Região, a níveis regional, nacional e internacional;
- XII. Exercer a representação dos associados perante as organizações estaduais ou federais, procurando defender os interesses gerais de seus associados, sem servir a causas individuais ou particulares para assuntos relacionados ao turismo;
- XIII. Obter dos municípios que representa a devida proteção e estímulo necessários para contribuir de forma profissional com o desenvolvimento econômico e sociocultural da região;
- XIV. ampliar a participação da entidade em editais e projetos de órgãos públicos e privados que contemplem as áreas de turismo, meio ambiente, cultura, esporte, gastronomia e artesanato.
- XV. Assessorar os municípios na implementação das diretrizes para enquadramento na Lei 18.030/2009 que trata do ICMS do Turismo e resoluções que vierem a ser editadas (Documento Interno 1, 2026).

De acordo com o Planejamento Estratégico 2025-2028 (Documento Interno 2), A IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira é composta por 24 municípios integrantes, abrangendo Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caiana, Caparaó, Caputira, Carangola, Chalé, Durandé, Espera Feliz, Faria Lemos, Lajinha, Luisburgo, Manhauçu, Manhumirim, Martins Soares, Mutum, Pedra Dourada, Reduto, Santana do Manhuaçu, São Francisco do Glória, Simonésia, São José do Mantimento, Taparuba e Tombos. Contudo, no ano de 2026, o município de Reduto desligou-se da instituição, alterando a composição do circuito.

O Planejamento Estratégico, na sequência, uma tabela síntese com o diagnóstico dos fluxos turísticos atuais do Circuito Pico da Bandeira, considerando a origem dos visitantes, seus perfis e as principais atividades desenvolvidas na região. Essa sistematização das informações contribui para a compreensão das dinâmicas

econômicas do turismo regional e subsidia a identificação de oportunidades de crescimento, bem como o direcionamento de ações de promoção e estruturação da oferta turística (Documento Interno 2).

Imagem 2 - Fluxo de turistas da IGR Pico da Bandeira

Origem dos Turistas	Perfil dos Visitantes	Principais Atividades Realizadas na Região
Minas Gerais Espírito Santo Rio de Janeiro São Paulo Brasília	Famílias em busca de lazer e descanso Jovens e aventureiros Casais e pequenos grupos Religiosos e grupos de excursão	Visitas ao Parque Nacional do Caparaó. Propriedades Rurais. Caminho da Luz. Visita Religiosa — Jubileu do Bom Jesus Visita ao Parque Municipal do Sagui da Serra Balneário Poço Fundo/Rio Claro Ciclo turismo no entorno do Parque Nacional do Caparaó Eventos relacionados ao negócio café Eventos relacionados a gastronomia regional Conjunto Paisagístico de Pedra Dourada Parque São João (Pedra Dourada) Eventos de agronegócios Turismo Religioso (Lajinha, Manhumirim e Gruta da Pedra Santa e São Mateus. Mata do Sossego. Pedra Furada. Cachoeira de Tombos Subida da Bem Posta – Caminhada da Santa Cruz (Manhuaçu) Santuário Nossa Senhora Aparecida em Lajinha Evento Romaria Nossa Senhora Aparecida no mês de outubro em Lajinha Pedra da Baleia e Pedra Torta em Lajinha (Ecoturismo, por do sol) Amostra de peixes ornamentais (São Francisco do Glória) Festa de Carros de Boi (SFG) Trilha de Ciclo Turismo Circuito Ernestina (Carangola) Festa do Milho (Alto Caparaó) Exposições Agropecuárias

Fonte: Documento interno 2

O principal atrativo do Circuito é o Pico da Bandeira, localizado no Parque Nacional do Caparaó, que se estende entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. O Parque possui duas portarias de acesso, sendo uma em Pedra Menina (ES) e outra no município de Alto Caparaó (MG). Entre os principais atrativos destacam-se as cachoeiras, os mirantes e a subida ao cume do Pico da Bandeira com 2.890 metros de altitude. Além disso, a região é notória pela produção de cafés especiais premiados, o que reforça sua identidade territorial e a relação entre o convívio das comunidades locais e a conservação da natureza.

O Planejamento Estratégico da IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira prevê o desenvolvimento de projetos em parceria com o poder público, a iniciativa privada e

entidades do setor turístico, considerando que cada ação possui objetivos específicos e envolve diferentes municípios e parceiros. Essas parcerias contribuem para a melhoria da infraestrutura turística, a promoção do destino, a qualificação profissional e a valorização dos atrativos regionais (Documento Interno 2). Nesse contexto, o projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira está inserido como uma das ações estratégicas da instituição, alinhado às diretrizes do planejamento e à proposta de desenvolvimento turístico integrado e sustentável da região, destacado na tabela abaixo:

Imagem 3 - Tabela de Projetos da IGR Pico da Bandeira

Projeto	Objetivo	Municípios Envolvidos	Responsável	Parceiros	Prazo (início e conclusão)	Recursos Investidos (R\$)
Implementação da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira	Estruturar, sinalizar e promover trecho prioritário da trilha de longo curso regional, articulando atrativos naturais e rurais	Municípios com trechos da trilha identificados no plano (em definição)	Circuito Turístico Pico da Bandeira	Caminhan- tes do Caparaó, SETUR- MG, Prefeitura s	início 2025 – conclusão a definir	Em fase de captação (valor estimado em elaboração)

Fonte: Documento Interno 2

A partir da caracterização da IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira, torna-se importante avançar para a análise das ações e projetos desenvolvidos pela instituição. Miranda (2019) destaca que a avaliação das ações já implementadas pelo circuito é fundamental para a construção de um planejamento capaz de consolidar o potencial turístico da região, desde que esse planejamento esteja alinhado a segmentos de mercado previamente definidos e reconhecidos pelos municípios associados. O autor também aponta a necessidade de maior envolvimento dos municípios nas ações do circuito, a fim de alcançar melhores resultados (Miranda, 2019). Nesse contexto, o projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira surge como uma iniciativa que busca integrar os municípios, fortalecer a atuação conjunta e contribuir para a organização e valorização da oferta turística regional.

3.2 PROJETO TRILHA DE LONGO CURSO CIRCUITO PICO DA BANDEIRA

O Projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira é uma iniciativa da gestão da Instância de Governança Regional (IGR) Circuito Pico da Bandeira, construída pela equipe técnica da instituição no ano de 2025, com a

proposta de desenvolvimento por meio de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. Sua elaboração foi alinhada às diretrizes do Planejamento Estratégico da IGR, sendo definida como uma ação prioritária para o fortalecimento do turismo regional.

Desde sua concepção, a equipe técnica da IGR, sob coordenação da gestão do circuito, passou a buscar recursos financeiros e apoios institucionais para viabilizar a futura implementação do projeto. A proposta da trilha tem como objetivo integrar os municípios que compõem a região, estruturando um produto turístico regional de interesse comum, com potencial de valorização do turismo de natureza, da ruralidade e dos territórios comunitários, tendo como referência central o entorno do Pico da Bandeira.

Além da Trilha de Longo Curso, a IGR elaborou outros oito projetos estratégicos voltados ao desenvolvimento regional do turismo, que ainda se encontram em fase de planejamento. No entanto, a trilha foi definida como prioridade institucional, especialmente por estar alinhada às diretrizes do Ministério do Turismo para a estruturação de produtos turísticos regionais, bem como às exigências do SISMAPA, sistema de monitoramento e categorização no qual a IGR e seus municípios realizam cadastramento anual.

O Projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Turístico Pico da Bandeira está inserido no contexto de atuação da IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira, organização que integra o Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo. Conforme apresentado no documento interno 4, a IGR tem como finalidade “promover o desenvolvimento integrado e sustentável do turismo regional” (IGR, 2025, p. 02).

A proposta da trilha surge como um projeto estruturante voltado à integração territorial e ao fortalecimento do turismo regional. O documento descreve que a iniciativa busca estruturar um produto turístico capaz de conectar os municípios da região por meio do turismo de natureza e da valorização do território. Nesse sentido, a trilha é concebida como um instrumento de planejamento e ordenamento turístico, voltado à articulação entre diferentes atores locais e regionais.

Entre os objetivos específicos, destacam-se ações voltadas à organização do traçado da trilha, à padronização da sinalização, ao fortalecimento do envolvimento comunitário e à promoção do destino turístico regional. O documento também ressalta

a importância do projeto como estratégia para ampliar a competitividade turística e incentivar o desenvolvimento econômico local, especialmente em áreas rurais.

No que se refere à justificativa, o projeto destaca que a trilha se fundamenta na necessidade de estruturar produtos turísticos regionais capazes de integrar os municípios e fortalecer a governança.

Além disso, o documento aponta impactos esperados relacionados ao fortalecimento da identidade regional, ao aumento do fluxo turístico e à ampliação da cooperação entre os municípios. Nesse sentido, a trilha é apresentada como um projeto estratégico para a consolidação do turismo regional, articulando planejamento, gestão e participação social.

3.2.1 Viabilização do projeto: Convênio

No ano de 2026, a Instância de Governança Regional do IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira passou a contar com uma oportunidade institucional importante para a viabilização de projetos regionais. A Federação das Instâncias de Governança Regional do Turismo de Minas Gerais (FECITUR) anunciou a formalização de um convênio com a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), tendo como interveniente o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (SECULT-MG).

Segundo a Fecitur (2025), o convênio entre a Federação, a Codemig e o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, é titulado 1º Projeto de Estruturação e Fortalecimento das Instâncias de Governança Regional de Minas Gerais, representa uma nova etapa de investimentos estratégicos no turismo mineiro, voltada à organização territorial, ao fortalecimento da gestão regional e à promoção dos destinos. De acordo com a entidade, o acordo prevê o repasse de R\$100 mil para cada uma das 48 instâncias regionais, totalizando R\$4,8 milhões destinados a ações de estruturação, capacitação e promoção do turismo. Os recursos deverão ser aplicados a partir de diagnósticos técnicos elaborados por cada região, considerando suas vocações, necessidades e especificidades locais.

A Fecitur destaca ainda que o projeto resulta de um levantamento técnico realizado junto às instâncias ao longo de 2025, o qual identificou demandas comuns e oportunidades de atuação integrada em todo o estado. As ações estão organizadas em quatro eixos principais: infraestrutura turística, estrutura e capacitação

institucional, promoção dos destinos e aquisição de bens e equipamentos, incluindo iniciativas como georreferenciamento, sinalização turística, qualificação de roteiros, produção de materiais promocionais e fortalecimento operacional das governanças regionais. Por fim, a entidade informa que será responsável pela execução direta das ações ao longo de um período de 12 meses, com a meta de consolidar avanços estruturais na organização e na competitividade do turismo regional em Minas Gerais (FECITUR, 2025).

De forma geral, o convênio prevê a execução de ações voltadas à estruturação e promoção do turismo regional, incluindo a implantação de totens digitais interativos para divulgação de atrativos e eventos, a produção de mapas turísticos e bancos de imagens, o desenvolvimento de plataformas digitais de promoção e a organização de roteiros turísticos integrados. Também está prevista a contratação de equipe técnica especializada em áreas como gestão de projetos, assessoria jurídica, comunicação e contabilidade, com o objetivo de garantir eficiência, transparência e adequada divulgação dos resultados à sociedade (SECULT-MG, 2026).

3.2.2 Processo Decisório e Sensibilização institucional

A aprovação do Projeto da Trilha de Longo Curso ocorreu a partir de um processo coletivo de discussão no âmbito da IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira. A proposta foi apresentada e debatida em reuniões institucionais, envolvendo a diretoria, a equipe técnica e representantes dos municípios associados, garantindo transparência. O processo de discussão e aprovação do Projeto pode ser identificado nas atas institucionais da IGR Circuito Turístico Pico da Bandeira, evidenciando sua construção gradual, técnica e participativa no âmbito da governança regional.

De forma inicial, a temática das trilhas de longo curso aparece como pauta estratégica ainda em fase de sensibilização e capacitação. Conforme registrado em ata, foi realizada uma oficina específica voltada ao tema, destacando a integração regional e o potencial turístico associado ao território. Nesse sentido, consta que a atividade teve foco na “Trilha Brigadeiro–Caparaó, na integração com a Rede Brasileira de Trilhas e no potencial do Parque Nacional do Caparaó, turismo rural, religioso e comunidades tradicionais” (ATA nº 02, 2025).

Posteriormente, o projeto avança para a fase deliberativa, sendo formalmente analisado e aprovado pelo Conselho Administrativo da IGR. Conforme a Ata nº 04, de

28 de agosto de 2025, a reunião teve como objetivo central a deliberação do Plano de Trabalho para implantação da trilha, incluindo a aplicação de recursos financeiros. O documento registra diretamente que a reunião tratou da “deliberação da aplicação de recursos financeiros no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, por meio da Fecitur” (ATA nº 04, 2025).

Ainda nessa mesma ata, observa-se, de forma indireta, que a aprovação ocorreu de maneira unânime, evidenciando consenso institucional quanto à relevância estratégica do projeto. O registro aponta que, após apresentação técnica e esclarecimentos, “todos manifestaram concordância quanto à aprovação do plano de trabalho e da aplicação dos recursos” (ATA nº 04, 2025).

Entretanto, não identificou-se a manifestação de outras demandas institucionais para a destinação dos recursos, perante o Conselho Administrativo e Assembleia Geral. O projeto foi idealizado pela gestão da IGR e repassada a proposta para os demais membros do Conselho Administrativo e aprovado em ATA, mas não há identificação nos demais documentos sobre outras propostas e sugestões que poderiam ser apresentadas por este conselho e gestores do município. Não evidenciou se os demais membros discordaram da proposta.

Na sequência das reuniões, as atas demonstram a consolidação do projeto como prioridade regional. Conforme descrito na Ata nº 05, de dezembro de 2025, foi reafirmado que o recurso estadual recebido seria destinado especificamente à implantação da trilha, com execução intermediada pela Fecitur, evidenciando continuidade administrativa e alinhamento institucional.

Já a Ata nº 06, também de dezembro de 2025, reforça a maturidade do projeto, registrando que a iniciativa “representa o resultado de aproximadamente um ano de trabalho técnico e articulado, estando alinhado à Rede Brasileira de Trilhas” (ATA nº 06, 2025).

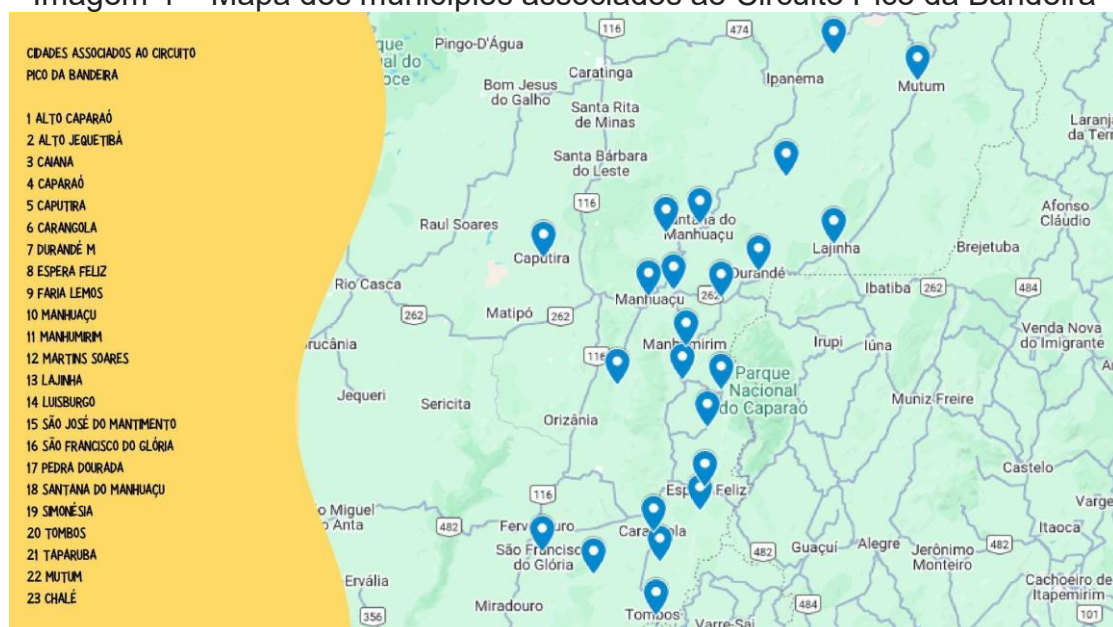
Por fim, registros mais recentes confirmam a fase inicial de execução do projeto. Em ata de fevereiro de 2026, consta a apresentação técnica detalhada da proposta, sendo mencionado que o projeto possui previsão de execução em um ano e foi viabilizado por recurso captado via Fecitur, previamente aprovado pelo Conselho Administrativo (ATA nº 01, 2026).

Para apresentar o processo técnico de construção do projeto, foram utilizadas as apresentações realizadas pela empresa Caminhantes do Caparaó, responsável

pela execução técnica da proposta. Esses materiais foram apresentados em reuniões institucionais da IGR e tiveram como objetivo demonstrar o território de abrangência, as etapas previstas e a metodologia de implantação da Trilha de Longo Curso.

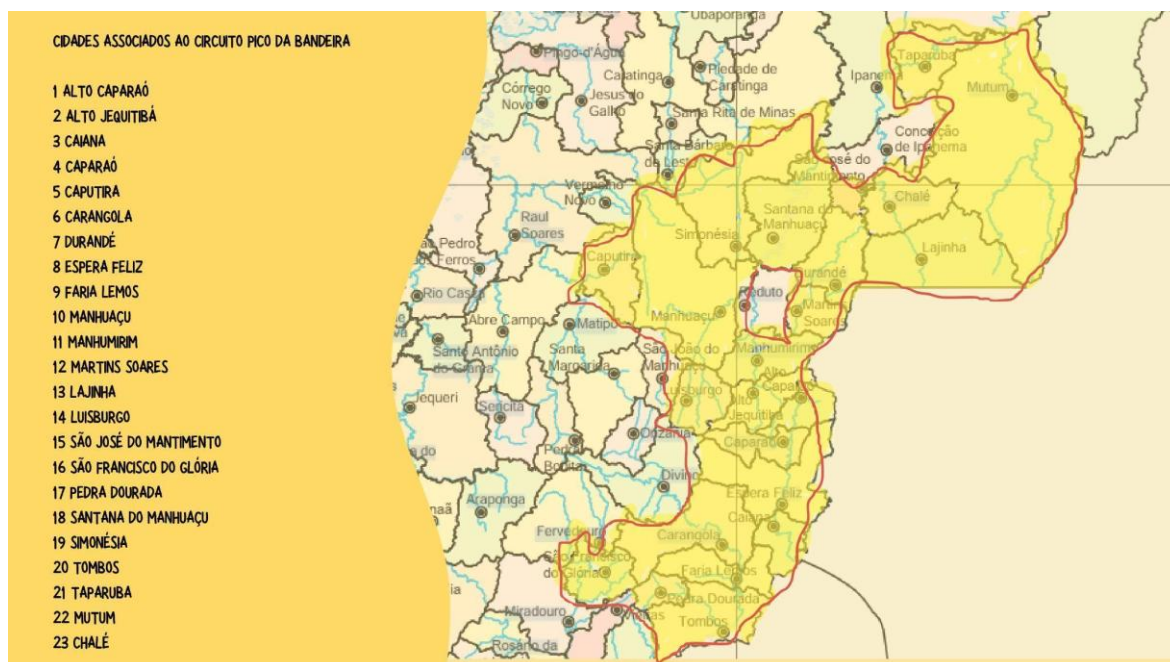
Inicialmente, foram apresentados mapas com a delimitação territorial do Circuito Turístico Pico da Bandeira e a distribuição dos municípios envolvidos, evidenciando o caráter regional e integrador do projeto. As imagens mostram tanto a localização dos 23 municípios associados quanto a proposta preliminar de traçado da trilha, indicando sua função de conexão territorial e integração entre diferentes realidades locais.

Imagem 4 – Mapa dos municípios associados ao Circuito Pico da Bandeira



Fonte: Caminhantes do Caparaó, 2026

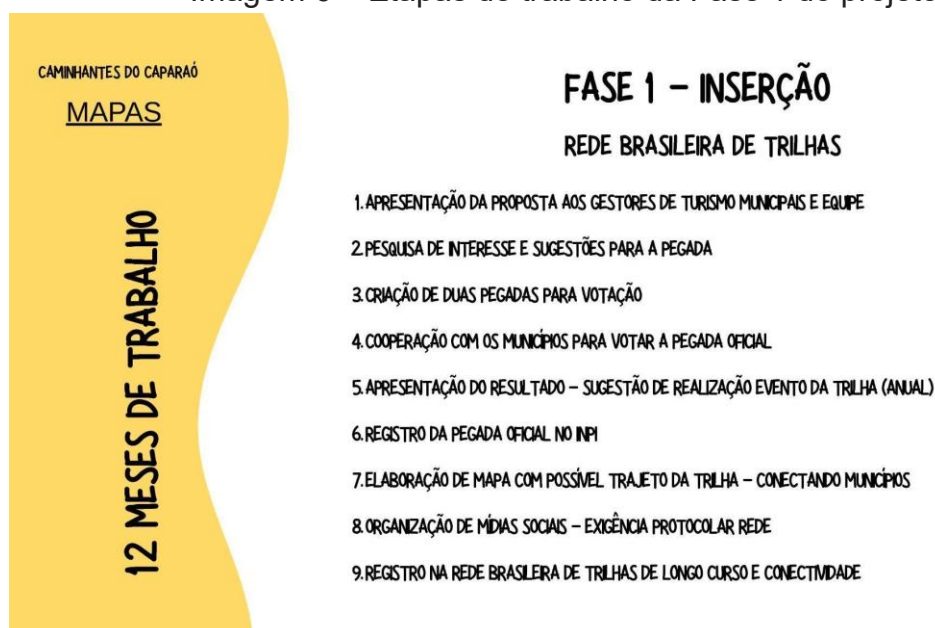
Imagem 5 – Delimitação territorial e proposta preliminar do trajeto da trilha



Fonte: Caminhantes do Caparaó, 2026

Na sequência, a apresentação detalhou as etapas metodológicas da fase inicial do projeto, denominada fase de inserção na Rede Brasileira de Trilhas. Essa etapa prevê ações como mobilização dos gestores municipais, pesquisa de interesse junto à sociedade, criação e votação da identidade visual da trilha, elaboração de mapas preliminares e registro formal do percurso na rede nacional.

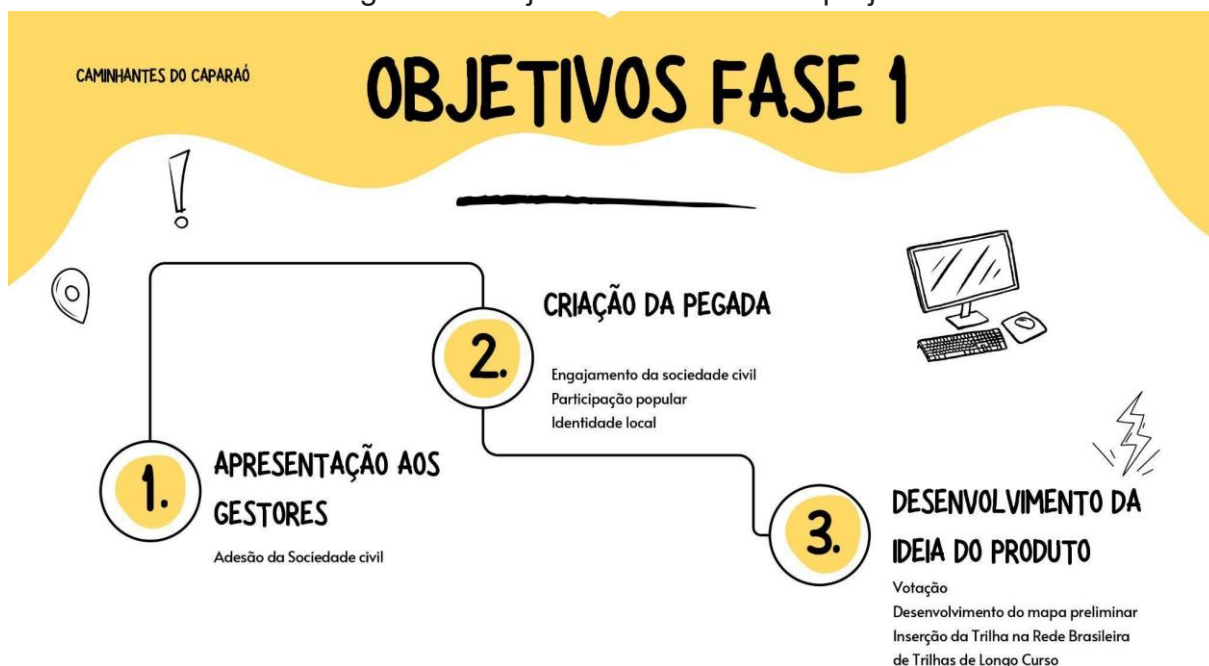
Imagem 6 – Etapas de trabalho da Fase 1 do projeto



Fonte: Caminhantes do Caparaó, 2026

Por fim, foi apresentado o conjunto de objetivos dessa fase inicial, destacando a importância do engajamento social e institucional no processo de construção da trilha. Entre os principais pontos evidenciados estão a participação da sociedade civil, a valorização da identidade local e o desenvolvimento coletivo da ideia do produto turístico regional.

Imagem 7 – Objetivos da Fase 1 do projeto



Fonte: Caminhantes do Caparaó, 2026

As imagens apresentadas referem-se à primeira fase do Projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Turístico Pico da Bandeira, correspondente à etapa inicial de estruturação e do percurso na Rede Brasileira de Trilhas. Essa fase concentra-se, principalmente, nas atividades de planejamento técnico, mobilização institucional, definição do traçado preliminar, construção da identidade da trilha e articulação com os municípios participantes, caracterizando-se como um momento preparatório para a futura implementação física do produto turístico. Importante ressaltar que este planejamento da etapa inicial é uma previsão das ações, diante disso, as estratégias podem ser alinhadas de acordo com a parte prática deste projeto, evidenciando o conceito das mudanças que podem ocorrer no planejamento e na execução do produto turístico.

Destaca-se que essa etapa será viabilizada com recursos oriundos do convênio firmado entre a Fecitur, a Codemig e o Governo de Minas Gerais destinados à

Instância de Governança Regional. Contudo, conforme previsto no plano de trabalho aprovado institucionalmente, o recurso não será aplicado integralmente nas ações técnicas da trilha, sendo parte destinada a despesas administrativas, aquisição de equipamentos e suporte operacional da IGR, conforme as diretrizes estabelecidas no convênio e deliberadas nas reuniões formais da governança regional.

Cabe ressaltar que os estes recursos serão destinados a fase inicial da Trilha, e ainda recordar o ano eleitoral para governo do estado. Por isso, a continuação da inserção da trilha, consistirá em um trabalho longínquo da gestão para capacitação de recursos posteriores e a continuidade da mobilização social. Além do mais, não se é concreto o quadro de prestadores de serviços da própria IGR, mudanças na gestão administrativa, das secretárias e prefeituras, poderá impactar na continuidade do projeto.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

No planejamento do turismo e de suas ações, faz-se necessário e imprescindível a participação dos *stakeholders*¹ envolvidos no desenvolvimento do turismo regional. Nesse sentido, o desenvolvimento turístico em circuitos ou regiões demanda planejamento coletivo e ações coordenadas entre os municípios participantes. Para que esse modelo funcione de forma eficiente, é necessário promover ações conjuntas, desenvolver produtos turísticos competitivos e estruturar roteiros integrados que envolvam os diferentes destinos do circuito (Emmendoerfer, 2008). Diante dessa perspectiva, a pesquisa de opinião pública teve como objetivo investigar se a proposta de criação de uma trilha de cicloturismo da IGR Circuito Pico da Bandeira possui relevância e potencial de mobilização social entre os atores envolvidos no turismo regional.

¹ De acordo com a Organização Mundial do Turismo, os destinos turísticos são formados por diferentes stakeholders que atuam direta ou indiretamente no desenvolvimento da atividade. Entre eles estão os governos nas esferas nacional, estadual e municipal, agências de desenvolvimento econômico e ambiental, prestadores de serviços turísticos como transporte, hospedagem, alimentação, lazer e entretenimento, além de operadores turísticos, associações culturais, entidades de classe e meios de comunicação. No entanto, esses diferentes atores nem sempre atuam de forma articulada ou alinhada em torno de objetivos comuns para o desenvolvimento do destino turístico (UNWTO, 2007; Valls, 2006 *apud* Korossy; Holanda; Cordeiro, 2022).

A pesquisa foi realizada por meio da plataforma Google Forms, sendo aplicada no período de 23 de fevereiro a 04 de março de 2026 e teve o total de 54 respondentes. Sua divulgação ocorreu por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, tanto em conversas privadas quanto em grupos, de acordo com o perfil dos possíveis respondentes. Também foi divulgada no aplicativo de rede social Instagram da pesquisadora, sendo compartilhada com prefeituras municipais que compõem a IGR Circuito Pico da Bandeira e com o próprio perfil oficial do circuito.

É importante ressaltar que a pesquisa foi realizada pela autora deste trabalho enquanto pesquisadora, e não na condição de turismóloga integrante da equipe técnica da IGR. Destaca-se ainda que a participação foi totalmente voluntária e sigilosa, seguindo os princípios éticos das pesquisas acadêmicas, sem identificação dos participantes.

As perguntas foram elaboradas com o objetivo de compreender as percepções sobre o projeto da trilha, sendo estruturadas majoritariamente em formato afirmativo para facilitar o entendimento e a resposta dos participantes. O instrumento de coleta foi composto por perguntas afirmativas elaboradas com base na escala *Likert*² de 1 a 5, permitindo que os respondentes indicassem seu nível de concordância em relação às afirmações apresentadas. Além disso, o questionário contou com perguntas de múltipla escolha e uma questão aberta para sugestões ou comentários.

A análise dos dados obtidos por meio do questionário foi realizada a partir da interpretação das respostas coletadas na pesquisa de opinião pública, considerando os critérios previamente estabelecidos na metodologia do estudo. Dessa forma, buscou-se compreender as percepções dos respondentes em relação ao projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Turístico Pico da Bandeira, especialmente no que se refere ao seu potencial de mobilização social e desenvolvimento regional. Para isso, foram analisados: o grau de concordância dos respondentes sobre a relevância da trilha como iniciativa de turismo regional; a percepção sobre a participação e mobilização social no processo de construção do projeto; as expectativas relacionadas aos possíveis impactos turísticos e territoriais da trilha; e o entendimento sobre o papel dos diferentes atores envolvidos em sua implementação.

² Google Forms. Pesquisa de Opinião Pública. Trilha de Longo Curso Pico da Bandeira. Disponível em: <https://forms.gle/nLFjCyrfq1VGVJwTA>.

A partir desses critérios, os resultados permitem identificar como os diferentes atores sociais percebem o projeto e de que forma avaliam sua importância para o fortalecimento do turismo regional. Essa abordagem dialoga com a perspectiva de governança participativa no turismo, na qual o envolvimento de diferentes setores, poder público, iniciativa privada e comunidade, é considerado fundamental para a construção e implementação de estratégias de desenvolvimento turístico (Martins; De Jesus, 2023). Além disso, o processo de mobilização social e participação dos atores locais também está relacionado ao conceito de empoderamento no turismo, entendido como a ampliação da capacidade de participação nas tomadas de decisão e no compartilhamento de responsabilidades dentro da governança do destino (De Paula; De Castro; Alvares, 2018).

Assim, a análise dos dados busca compreender não apenas a aceitação da proposta da trilha, mas também o nível de engajamento e percepção dos atores regionais em relação ao projeto, contribuindo para refletir sobre os desafios e possibilidades de mobilização social no processo de estruturação de produtos turísticos regionais.

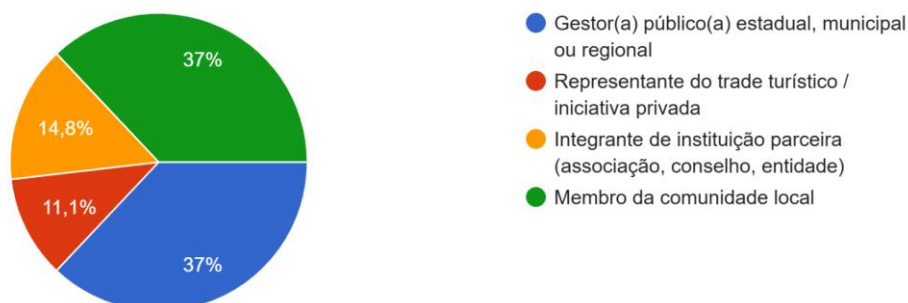
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Para que a governança se fortaleça, é necessário identificar e envolver as partes interessadas no processo de desenvolvimento turístico. Esse processo inclui reconhecer os diferentes atores envolvidos, compreender seus interesses e estimular sua participação em redes de colaboração voltadas ao planejamento do turismo (De Paula; De Castro; Alvares, 2018). A primeira pergunta do questionário buscou identificar como os participantes se reconhecem dentro do contexto do turismo regional. O objetivo foi compreender quais atores sociais estão participando da discussão sobre a proposta de implantação da Trilha de Cicloturismo do Circuito Pico da Bandeira.

Gráfico 1 – Identificação dos respondentes no setor do turismo

Você se identifica como:

54 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Os resultados indicam que 37% dos participantes se identificam como gestores públicos (municipais, estaduais ou regionais) e outros 37% como membros da comunidade local. Já 14,8% correspondem a integrantes de instituições parceiras, como associações, conselhos ou entidades, enquanto 11,1% se identificam como representantes do trade turístico ou da iniciativa privada.

Os gestores públicos mencionados na pesquisa correspondem, em sua maioria, a representantes municipais ligados às secretarias que acumulam pastas como turismo, cultura, esporte e lazer, o que pode influenciar diretamente na capacidade de planejamento e execução de ações específicas para o turismo. Já a comunidade local participante inclui moradores dos municípios da região, com diferentes níveis de envolvimento com a atividade turística, desde aqueles diretamente ligados ao setor até aqueles que apenas vivenciam os impactos do turismo no território.

Além de identificar os respondentes, é importante entender o papel de cada grupo no turismo regional. Gestores públicos têm maior poder de decisão, enquanto o trade atua na oferta de serviços, as instituições apoiam na articulação e a comunidade participa e é diretamente impactada pelo turismo. Apesar da presença de diferentes atores no Gráfico 1, isso não significa que todos participem de forma equilibrada nas decisões. A maior presença de gestores públicos e comunidade pode indicar envolvimento inicial, mas também revela menor participação de outros setores, como o trade turístico.

A predominância de gestores públicos e membros da comunidade local pode estar relacionada à forma de divulgação da pesquisa, realizada principalmente por meio de redes institucionais e contatos diretos, o que tende a alcançar com maior facilidade esses grupos. Além disso, o menor número de respondentes do trade turístico pode indicar uma participação ainda limitada desse segmento nas discussões sobre o projeto, o que pode impactar o nível de engajamento prático na sua implementação.

Nesse sentido, a gestão do turismo em âmbito regional depende da atuação integrada entre diferentes setores, envolvendo poder público, iniciativa privada e comunidade local na construção e implementação das estratégias de desenvolvimento turístico (Martins; De Jesus, 2023). A presença significativa de membros da comunidade local entre os respondentes também evidencia o interesse social em relação à proposta apresentada.

Além disso, o envolvimento da comunidade é um elemento importante para a construção e consolidação de projetos turísticos. A mobilização e participação de atores locais contribuem para fortalecer o apoio às iniciativas e ampliar o engajamento social no processo de planejamento. Conforme destaca Vignati (2020), quando lideranças ou membros da própria comunidade demonstram apoio às mudanças e participam das discussões, isso tende a criar um ambiente mais favorável ao projeto e estimular que outras pessoas também se envolvam no planejamento e na execução das ações turísticas.

4.2 DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR MUNICÍPIO

A segunda pergunta do questionário teve como objetivo identificar o município ao qual os participantes pertencem ou atuam, buscando compreender a abrangência territorial da pesquisa dentro da região da IGR Pico da Bandeira. Os resultados indicam a participação de respondentes provenientes de diversos municípios da região, evidenciando uma representação territorial relativamente ampla.

O município de Carangola apresentou o maior número de participantes, com 12 respondentes. Em seguida, destacam-se Alto Caparaó, com 5 respostas, e os municípios de Faria Lemos, Caparaó e Pedra Dourada, com 3 respondentes cada. Outros municípios também participaram da pesquisa, ainda que com menor número

de respostas, como Taparuba, Manhuaçu, Alto Jequitibá, Martins Soares, Tombos e Caiana, com dois respondentes cada. Já os municípios de Espera Feliz, Manhumirim, São José do Mantimento, Chalé, Lajinha, Dolores do Rio Preto (ES), Caputira, Cruzília, Durandé, Divino e Santana do Manhuaçu registraram um respondente cada.

Observa-se ainda que a pesquisa também alcançou participantes de municípios que não integram diretamente a Instância de Governança Regional Pico da Bandeira. Entre eles, destaca-se o município de Dolores do Rio Preto, localizado no estado do Espírito Santo, que integra a região turística conhecida como Caparaó Capixaba, os demais estão no estado de Minas Gerais. Esse dado demonstra que o interesse pela proposta da trilha ultrapassa os limites administrativos da IGR, alcançando territórios vizinhos que também possuem relação direta com o turismo de natureza associado ao entorno do Parque Nacional do Caparaó.

Essa distribuição também pode estar relacionada ao nível de articulação institucional e proximidade com a IGR, fazendo com que municípios mais envolvidos com a governança regional ou com maior tradição turística apresentem maior participação. Por outro lado, municípios com menor estrutura ou menor inserção nas discussões regionais tendem a aparecer menos, o que pode refletir desafios na mobilização territorial.

Nesse contexto, a participação de diferentes municípios reforça a importância da articulação regional no planejamento turístico. Conforme destaca Viana (2012), o desenvolvimento do turismo em nível regional depende da integração entre os municípios que compõem a região turística, bem como da comunicação e cooperação entre seus diferentes atores institucionais e sociais. Assim, a diversidade territorial dos respondentes contribui para ampliar o debate sobre os possíveis impactos e benefícios da implantação da trilha para toda a região.

4.3 PERCEPÇÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E GOVERNANÇA NO PROJETO

A terceira pergunta do questionário buscou compreender a percepção dos respondentes sobre aspectos relacionados à participação, mobilização social, comunicação e tomada de decisão coletiva no processo de implementação da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira. Para isso, foram apresentadas quatro

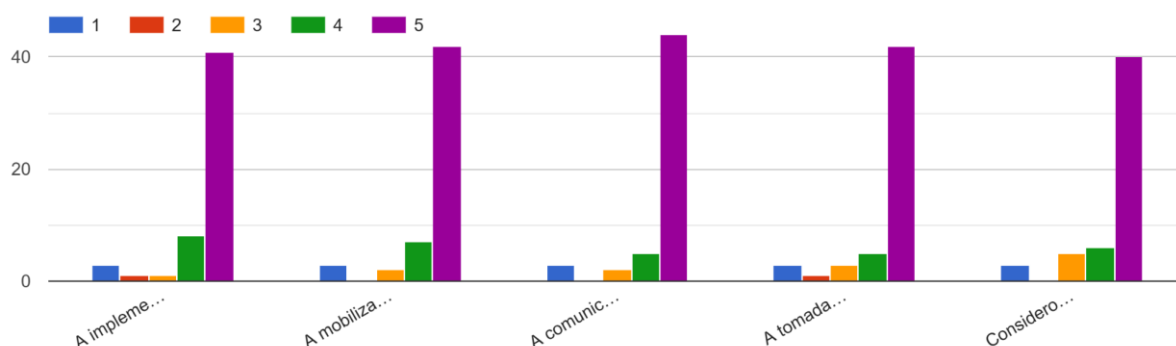
afirmações avaliadas por meio da escala *Likert* de 1 a 5, variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

Para essa análise, foram apresentadas aos respondentes as seguintes afirmações:

- A implementação da Trilha de Longo Curso deve envolver a participação ativa dos municípios da região da IGR Pico da Bandeira;
- A mobilização dos diferentes atores é essencial para o sucesso do projeto;
- A comunicação sobre o projeto deve ser ampla e acessível a todos os interessados;
- A tomada de decisão coletiva tende a gerar resultados mais sustentáveis para o território.

Gráfico 2 - Nível de concordância dos respondentes sobre participação, mobilização, comunicação e tomada de decisão na implementação da trilha

Indique seu nível de concordância com as afirmações abaixo: Escala: 1 – Discordo totalmente 2 – Discordo parcialmente 3 – Nem concordo nem discordo 4 – Concordo parcialmente 5 – Concordo totalmente



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

De forma geral, os resultados indicam um alto nível de concordância entre os participantes, evidenciando uma percepção positiva sobre a importância da participação coletiva e da mobilização social na construção do projeto. Observa-se que a maioria dos respondentes marcou a opção “concordo totalmente” em todas as afirmações apresentadas, demonstrando entendimento de que a implementação da trilha depende da articulação entre diferentes atores e instituições do território.

Esse alto nível de concordância pode estar relacionado ao fato de que os respondentes já possuem algum nível de envolvimento ou interesse no turismo, o que

tende a gerar percepções mais favoráveis ao projeto. Além disso, por se tratar de uma proposta ainda em fase inicial, os participantes podem avaliar de forma mais positiva, considerando mais o potencial da ideia do que os desafios práticos de implementação.

Apesar de os resultados da pesquisa indicarem que os respondentes demonstram apoio à proposta da trilha e reconhecem seu potencial para o desenvolvimento regional, é importante compreender que a participação nas discussões e o apoio inicial ao projeto não significam, necessariamente, que todas as etapas de sua implementação ocorrerão sem limitações. No contexto da governança regional do turismo, ainda podem existir desafios relacionados à articulação entre os municípios, à continuidade do engajamento dos diferentes atores e à capacidade institucional de conduzir o projeto de forma integrada e participativa.

No entanto, a consolidação de uma instância de governança não ocorre apenas por meio de dispositivos institucionais ou legais. Para que a governança se fortaleça, é necessário construir legitimidade, articulação entre instituições e capacidade técnica e política entre os atores envolvidos (Barbará; Fontes-Filho, 2007). Nesse sentido, a criação de redes permanentes de relacionamento entre governo, setor privado e comunidade torna-se essencial para o desenvolvimento do turismo regional.

Na primeira afirmação, referente à necessidade de participação ativa dos municípios da região da IGR Pico da Bandeira na implementação da trilha, observa-se predominância das respostas nos níveis mais altos da escala. Resultado semelhante foi observado na segunda afirmação, que tratou da mobilização dos diferentes atores para o sucesso do projeto. A maioria dos respondentes concordou totalmente com a afirmação, evidenciando a percepção de que iniciativas turísticas regionais exigem cooperação entre poder público, iniciativa privada, instituições e comunidade local.

No que se refere à comunicação sobre o projeto, a terceira afirmação também apresentou elevado grau de concordância, indicando que os respondentes consideram fundamental que as informações sobre a trilha sejam amplamente divulgadas e acessíveis aos diferentes interessados. Esse resultado dialoga com as orientações do Programa de Regionalização do Turismo, que destaca a importância de uma comunicação clara entre a instância de governança regional e os municípios que compõem a região turística, garantindo alinhamento entre os diferentes segmentos envolvidos (Brasil, 2007d).

Por fim, a quarta afirmação abordou a percepção sobre a tomada de decisão coletiva como estratégia para gerar resultados mais sustentáveis para o território. Novamente, observa-se predominância das respostas na categoria “concordo totalmente”, indicando que os participantes reconhecem a importância da construção coletiva das decisões relacionadas ao projeto. Essa percepção está alinhada ao entendimento de que o desenvolvimento do turismo deve ocorrer de forma sustentável e participativa, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os fatores sociais, culturais e institucionais envolvidos no território (Brasil, 2018b).

Além disso, os resultados também indicam que os respondentes compreendem a implementação da trilha como um processo que deve considerar princípios de sustentabilidade e responsabilidade territorial. A predominância de respostas positivas em relação à participação coletiva e à mobilização dos atores demonstra uma percepção alinhada à necessidade de um planejamento turístico mais responsável. Nesse contexto, o desenvolvimento de projetos turísticos precisa considerar não apenas o crescimento da atividade, mas também desafios como a conservação dos recursos naturais, a valorização das comunidades locais e a redução de impactos sociais e culturais. Conforme destaca Brasil (2024c), o aumento do fluxo de turistas exige que os destinos estejam preparados para lidar com questões como preservação ambiental, fortalecimento das comunidades locais e adaptação às mudanças climáticas, tornando cada vez mais necessária a adoção de práticas de turismo sustentáveis e responsáveis.

Apesar do alto nível de concordância nas respostas da escala Likert, esse tipo de instrumento não permite entender os motivos dessas opiniões, ou seja, não responde ao “por quê”. Essa limitação também está relacionada ao tempo reduzido da pesquisa e à preocupação em não tornar o questionário muito longo, o que poderia diminuir o número de respondentes. Ainda assim, buscou-se minimizar essa questão com uma pergunta aberta ao final, permitindo que os participantes complementassem suas percepções.

De modo geral, os resultados desta questão demonstram que os respondentes reconhecem a importância da governança participativa, da mobilização social e da comunicação institucional para a implementação da Trilha de Longo Curso. Esses elementos são fundamentais para fortalecer o planejamento turístico regional e ampliar as possibilidades de cooperação entre os municípios e os diferentes atores envolvidos no desenvolvimento do turismo comece no território.

4.4 SUGESTÕES E CONTRIBUIÇÕES DOS RESPONDENTES

Após a análise das respostas abertas do questionário, foi possível identificar percepções recorrentes sobre as possíveis contribuições da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira para o desenvolvimento turístico regional. As respostas apontam principalmente para quatro eixos principais: desenvolvimento econômico, integração regional, necessidade de planejamento e gestão, e estratégias de divulgação e capacitação.

Grande parte dos respondentes destacou o potencial da trilha para impulsionar o turismo e gerar benefícios econômicos para os municípios da região. Muitos associam a iniciativa à ampliação do fluxo turístico, geração de renda e valorização das atividades locais. Nesse sentido, um dos participantes ressalta:

“Parabenizo a iniciativa da criação da trilha que ligará os municípios da IGR. Acredito que será um grande avanço para a nossa região, promovendo o turismo, incentivando a prática de atividades ao ar livre e fortalecendo a integração entre os municípios. Sem dúvida, é um projeto que contribuirá para o desenvolvimento econômico, ambiental e social de toda a região” (Respondente 1).

Outro participante reforça a relação entre a trilha e o fortalecimento da economia regional:

“A presença de caminhantes e cicloturistas gera demanda por hospedagem, alimentação, transporte, guias locais, artesanato e produtos da agricultura familiar, promovendo a circulação de renda e incentivando o empreendedorismo local” (Respondente 20).

Além disso, os respondentes destacam a valorização da produção rural e das experiências locais como um diferencial do turismo de natureza: “A circulação constante de visitantes cria demanda por produtos e serviços, abrindo espaço para pousadas familiares, cafés, restaurantes caseiros, produção artesanal e produtos da agricultura familiar.” (Respondente 18). Essas percepções dialogam com o entendimento de que o turismo de natureza e as trilhas de longo curso podem atuar como instrumentos de desenvolvimento territorial, estimulando cadeias produtivas locais e fortalecendo economias regionais.

Respostas mais curtas também reforçam essa percepção positiva, como:

“Será de suma importância para alavancar o turismo na região” (Respondente 3);
“Será um grande progresso” (Respondente 5);
“Esta trilha trará movimentos turísticos para todas as cidades envolvidas” (Respondente 9);
“Será mais um atrativo turístico para a região” (Respondente 51).

Nesse sentido, mesmo diante de percepções otimistas registradas no questionário, é necessário ponderar que a implementação de um projeto regional depende de diversas variáveis que ainda precisam ser desenvolvidas ou fortalecidas, como planejamento técnico detalhado, infraestrutura de apoio ao turista, articulação entre os municípios, participação contínua dos atores locais e estratégias de promoção e gestão do produto turístico. Assim, embora as respostas indiquem uma tendência positiva de apoio à proposta, os resultados devem ser interpretados com cautela, considerando que o desenvolvimento de projetos turísticos regionais envolve desafios estruturais e institucionais que podem influenciar diretamente sua efetividade.

A gestão do turismo envolve uma rede complexa de relações e setores, incluindo questões ambientais, sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, o processo de planejamento, organização, execução e avaliação das ações torna-se um desafio para os gestores e demais atores envolvidos no desenvolvimento turístico (Virginio; Ferreira, 2013).

Outro aspecto recorrente nas respostas refere-se à capacidade da trilha de promover a integração entre municípios e fortalecer a regionalização do turismo. Um dos participantes destaca que *“A trilha estimula a regionalização do turismo, pois conecta atrativos naturais, culturais e históricos de diferentes municípios, promovendo um fluxo contínuo de visitantes ao longo do percurso”* (Respondente 16). Essa visão também aparece em outras respostas que apontam para a integração territorial e o fortalecimento da identidade regional: *“Ela promove a integração entre os destinos, aumenta o fluxo de visitantes e fortalece a economia local”* (Respondente 19). Esse processo também se relaciona com a política de regionalização do turismo no Brasil, que busca promover uma gestão descentralizada e articulada entre os municípios e as instâncias de governança regional (Rodrigues; Souza, 2015).

Apesar do reconhecimento do potencial do projeto, alguns respondentes também apontaram a necessidade de planejamento cuidadoso e adaptação às características do território. Um participante destaca:

“O Circuito Pico da Bandeira é muito grande [...] nenhum turista vai se desafiar a fazer uma trilha interligando as 23 cidades se não houver atrativos que realmente fomentem o turismo da região. Um conselho seria trabalhar com pequenas trilhas e trajetos interligando algumas cidades” (Respondente 10).

No contexto do turismo regional, os municípios apresentam realidades distintas em relação ao desenvolvimento econômico, à infraestrutura turística e à oferta de atrativos. Na região do Circuito Pico da Bandeira, por exemplo, municípios localizados no entorno do Parque Nacional do Caparaó apresentam maior consolidação do turismo de natureza, com presença de atrativos naturais, gastronomia típica e serviços voltados ao visitante, resultado de demandas que estiveram interessadas no destino em anos anteriores por consequência da presença de um Parque Nacional, enquanto outros municípios ainda se encontram em estágio inicial de desenvolvimento turístico.

Além disso, o planejamento e a gestão do turismo envolvem desafios relacionados à diversidade de realidades existentes entre os destinos turísticos. Um dos grandes desafios do planejamento participativo é justamente lidar com a complexidade das relações entre os diferentes atores envolvidos e considerar as particularidades de cada localidade e de seus atrativos (SECULT, 2014).

Outro respondente também ressalta a importância de considerar as particularidades de cada município:

“Estamos falando de um território composto por mais de 20 cidades muito diferentes entre si, com distâncias consideráveis, acessos variados e potenciais distintos. Essa diversidade é uma grande riqueza, mas exige planejamento cuidadoso” (Respondente 37).

Essas observações evidenciam a importância de estratégias de planejamento territorial que considerem as especificidades locais, a infraestrutura existente e a distribuição equilibrada dos fluxos turísticos, princípios fundamentais para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Outro conjunto de respostas destacou a necessidade de ampliar ações de comunicação, mobilização e capacitação para fortalecer o projeto. Alguns participantes apontam a importância da divulgação:

“Será necessário muita divulgação” (Respondente 6);

“Seria interessante divulgar na internet cada passo do projeto” (Respondente 46).

Outros sugerem estratégias de mobilização e formação:

“Reuniões regulares para mobilização regional” (Respondente 7);

“Cursos voltados para o turismo e pontos de informação” (Respondente 34);

“Divulgar nas escolas e universidades para desenvolvimento de projetos” (Respondente 26).

Os resultados demonstram que os respondentes reconhecem a importância da participação coletiva para o desenvolvimento do projeto da trilha. Esse entendimento está alinhado ao conceito de governança no turismo, que envolve a articulação entre diferentes atores e o planejamento participativo das ações. Nesse sentido, a governança permite potencializar o uso dos recursos locais por meio da articulação entre atores e demandas do território, contribuindo para fortalecer a atividade turística (Silva *et al.*, 2022).

A percepção dos participantes também reforça a compreensão de que o desenvolvimento do turismo depende da atuação conjunta de diferentes atores. O turismo não é uma atividade que pode ser produzida de forma isolada por uma única pessoa ou organização, sendo resultado de diversas ações desenvolvidas por diferentes agentes sociais e econômicos (De Souza; Biz; Thomaz, 2015). Nesse contexto, a articulação entre os envolvidos torna-se fundamental para a implementação de projetos turísticos regionais.

De forma geral, as respostas indicam forte apoio à proposta da trilha e reconhecimento de seu potencial para impulsionar o desenvolvimento turístico regional. Comentários mais sintéticos reforçam essa percepção positiva, como:

“Será ótimo para a região” (Respondente 43);

“Trará grandes benefícios para toda região” (Respondente 31);

“É um trabalho importante que deve ser levado a sério” (Respondente 50);
“Eu apoio totalmente essa proposta” (Respondente 49).

Assim, observa-se que, embora existam preocupações relacionadas ao planejamento e à implementação do projeto, predomina entre os respondentes a percepção de que a trilha pode se consolidar como um importante instrumento de desenvolvimento turístico, integração regional e valorização do território.

Apesar de os resultados do questionário indicarem uma percepção majoritariamente positiva em relação ao projeto da Trilha de Longo Curso, é importante considerar que os dados refletem uma expectativa inicial dos respondentes e não necessariamente garantem o sucesso da implementação do projeto. Ainda, o projeto está em fase de planejamento, é fundamental entender que existem variáveis e limitações que vão ocorrer durante este processo. A efetividade dessa mobilização social, irá depender, além da continuidade de recursos financeiros, também de ações em diferentes estágios e instituições a fim de manter a mobilização dos atores envolvidos e suas expectativas.

No entanto, esse apoio ainda se apresenta mais como uma expectativa do que como uma mobilização efetiva. A pesquisa permite identificar sinais iniciais de engajamento, mas não evidência, de forma concreta, como esse processo de mobilização social será estruturado, nem como os diferentes atores irão, de fato, participar da implementação da trilha. Assim, os resultados contribuem para compreender o potencial de mobilização, mas também reforçam a necessidade de aprofundar como esse engajamento se dará na prática ao longo do desenvolvimento do projeto.

É importante destacar que os resultados apresentados neste levantamento refletem apenas a opinião das pessoas que responderam ao questionário. Portanto, os dados não representam necessariamente a visão de todos os municípios ou de todos os atores do turismo da região. Trata-se de um levantamento primário, realizado com um grupo específico de participantes, o que caracteriza um recorte limitado da realidade. Mesmo assim, as respostas obtidas contribuem para compreender percepções iniciais sobre a proposta da Trilha de Longo Curso do Circuito Turístico Pico da Bandeira e podem auxiliar nas próximas etapas de planejamento e discussão do projeto.

5 CONCLUSÃO

O planejamento do turismo envolve diferentes desafios, principalmente quando se trata da atuação da governança e da participação dos diversos atores envolvidos no setor. Nesse processo, é importante buscar um equilíbrio entre as diferentes opiniões, interesses e realidades presentes nos municípios, evitando que apenas algumas visões orientem as decisões. A governança no turismo exige diálogo, articulação e participação dos atores que fazem parte dessa cadeia, como gestores públicos, iniciativa privada e comunidade local.

No caso das Instâncias de Governança Regional (IGRs), existem também algumas limitações que podem influenciar o planejamento turístico, como a falta de recursos, a necessidade de qualificação técnica e as dificuldades de articulação entre os municípios. Além disso, o processo de regionalização do turismo muitas vezes acaba sendo compreendido apenas a partir do aspecto territorial, sem considerar totalmente as diferenças econômicas, culturais e estruturais existentes entre os destinos.

Outro aspecto que também influencia esse processo é a forma como o turismo é organizado nas administrações municipais. Em muitos casos, as secretarias responsáveis não atuam exclusivamente com o turismo, estando associadas a outras áreas, como cultura, esportes e lazer. Essa divisão de responsabilidades pode dificultar o planejamento mais específico para o turismo e limitar o desenvolvimento de novos produtos e iniciativas, já que os gestores precisam dividir sua atenção entre diferentes áreas de atuação.

A estruturação de redes, instâncias de governança e produtos turísticos regionais depende diretamente da organização dos municípios que compõem a região. Isso ocorre porque a gestão municipal é responsável por estabelecer normas, legislações e ações que possibilitam o desenvolvimento do turismo no território. Dessa forma, a criação de roteiros e produtos turísticos regionais só se torna viável quando os municípios estão minimamente organizados e preparados para atuar no setor, contribuindo para a formação de destinos turísticos mais competitivos e capazes de gerar benefícios para toda a região (Trentin; Fratucci, 2011).

O produto pensado pela gestão da IGR Pico da Bandeira surgiu da necessidade de fortalecer uma identidade regional para a instituição, indo além do principal atrativo da região, que é o Pico da Bandeira. A ideia é criar algo que conecte os 23 municípios

que fazem parte da instância, mesmo que cada um tenha características e segmentações turísticas diferentes. Ainda assim, todos fazem parte do processo de regionalização do turismo promovido pela Secretaria de Estado por meio das IGRs.

É importante destacar que, para um município fazer parte de uma instância de governança regional, o processo de decisão passa pelo conselho administrativo e considera alguns critérios obrigatórios, como semelhanças territoriais, culturais ou características em comum entre os municípios.

No caso da proposta da trilha de longo curso, esse projeto aparece como um dos objetivos presentes no planejamento estratégico da gestão para o período de 2025 a 2028. No entanto, o processo de mobilização social não está descrito de forma detalhada na construção inicial do projeto. Mesmo assim, é importante considerar que a consolidação da governança no turismo não acontece apenas por meio de normas ou instrumentos legais, sendo necessário fortalecer a articulação entre os diferentes atores e criar redes de cooperação entre poder público, iniciativa privada e comunidade local para o desenvolvimento do turismo na região (Barbará; Fontes-Filho, 2007).

A governança no contexto da regionalização do turismo está associada à descentralização e à transferência do poder de decisão, buscando aproximar o Estado da sociedade e fortalecer a participação social na construção das políticas públicas. Esse processo pressupõe a organização da sociedade e a participação dos diferentes atores na definição dos caminhos do desenvolvimento turístico, evitando que a governança se torne apenas um discurso sem aplicação prática. Dessa forma, a participação social e o envolvimento das instituições locais são fundamentais para que o turismo possa contribuir para o desenvolvimento social e territorial (Fernandes; Coriolano, 2015).

No entanto, ao analisar os documentos relacionados à proposta da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira, observa-se que o processo decisório e as estratégias de mobilização social para a implementação do projeto não estão descritos de forma clara ou detalhada. Essa ausência de definição pode indicar que, apesar da proposta estar presente no planejamento institucional, ainda existem lacunas na explicitação de como ocorrerá a participação efetiva dos atores locais no processo de implementação.

A comunicação entre a instância de governança regional e os municípios que compõem a região turística é fundamental para a construção de ações integradas no

turismo. Esse processo envolve a mobilização dos parceiros municipais para participação na governança, a integração de objetivos e ações entre os municípios, além do planejamento de estratégias operacionais. Também inclui a articulação com políticas estaduais e nacionais, bem como o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas (Viana, 2012).

A análise dos resultados indica que os participantes demonstram, de modo geral, uma percepção positiva em relação à proposta de implementação da Trilha de Longo Curso na região da IGR Circuito Pico da Bandeira. As respostas da escala *Likert* apontam níveis elevados de concordância quanto à importância da participação dos municípios, da mobilização dos diferentes atores e da comunicação sobre o projeto. Esses resultados sugerem que há um reconhecimento, por parte dos respondentes, de que o desenvolvimento de iniciativas turísticas regionais depende da cooperação entre os diversos envolvidos no território.

Uma limitação importante deste estudo está relacionada ao uso da escala *Likert* no questionário. Apesar de ser uma ferramenta prática e bastante utilizada para medir o nível de concordância dos respondentes, ela apresenta algumas restrições. Nem sempre as respostas conseguem refletir totalmente a opinião real dos participantes, já que muitos tendem a escolher as opções mais positivas, evitando posições mais críticas ou intermediárias. Além disso, a escala não permite compreender em profundidade os motivos das respostas, o que pode limitar a interpretação dos resultados.

Na região da IGR Pico da Bandeira, por exemplo, é possível observar que alguns municípios apresentam maior nível de desenvolvimento turístico, com maior diversidade de atrativos naturais, gastronômicos e culturais, além de melhor infraestrutura para receber visitantes. Por outro lado, outros municípios ainda enfrentam limitações relacionadas à estrutura turística, à organização institucional e à capacidade de gestão do turismo.

Para que a Instância de Governança Regional contribua efetivamente para o desenvolvimento do turismo, suas ações devem estar alinhadas às propostas e interesses construídos no nível municipal. Nesse sentido, a comunicação clara entre os municípios que compõem a região turística e seus diferentes segmentos é fundamental para garantir maior integração entre os atores envolvidos. Além disso, a gestão da instância deve atuar de forma técnica e imparcial, representando de

maneira equilibrada todos os municípios participantes e fortalecendo a credibilidade do processo de governança regional (Brasil, 2007d; SECULT, 2014).

No contexto da IGR Circuito Pico da Bandeira, esses aspectos tornam-se especialmente relevantes, considerando a diversidade de realidades existentes entre os municípios que compõem a região. Dessa forma, o fortalecimento da comunicação, da articulação institucional e da representação equilibrada entre os municípios pode contribuir para ampliar a participação dos atores locais e favorecer o desenvolvimento de iniciativas regionais, como a proposta da Trilha de Longo Curso.

Outro ponto importante diz respeito ao fato de que a concordância expressa pelos participantes não garante, necessariamente, que a implementação do projeto ocorrerá sem dificuldades. Embora os dados indiquem um cenário de apoio à proposta, existem variáveis que podem influenciar o sucesso da iniciativa, como disponibilidade de recursos, continuidade das ações de planejamento, capacidade de articulação institucional e engajamento permanente dos atores envolvidos. Assim, mesmo diante de percepções positivas, é necessário reconhecer que o desenvolvimento de projetos turísticos depende de diversos fatores que vão além da intenção ou da expectativa inicial.

A mobilização social, principalmente quando depende do voluntariado, é um dos principais desafios na prática. Embora a pesquisa mostre apoio inicial ao projeto, manter o engajamento ao longo do tempo não é simples, pois depende de fatores como tempo, interesse e retorno percebido pelos participantes. Por isso, é necessário pensar em estratégias contínuas de incentivo e organização para garantir a participação dos atores no desenvolvimento da trilha.

Além dos desafios apontados, é importante destacar que o projeto da trilha também representa uma oportunidade estratégica para fortalecer a IGR Pico da Bandeira como região turística. A iniciativa pode contribuir para dar mais visibilidade ao território como um todo, evidenciando atrativos que, muitas vezes, ainda não são reconhecidos ou explorados turisticamente. Outro ponto positivo é a escolha do projeto como objeto de captação de recursos por meio de convênio, uma vez que a proposta contempla os 23 municípios da IGR, favorecendo a integração regional e ampliando as possibilidades de desenvolvimento turístico de forma mais equilibrada.

Diante dos resultados, entende-se que, do ponto de vista da gestão, é fundamental estruturar estratégias claras para fortalecer a mobilização social ao longo do tempo. Isso envolve melhorar a comunicação entre os municípios, organizar os

papéis de cada ator no projeto, investir em capacitação e criar ações contínuas de engajamento, evitando que a participação fique apenas no apoio inicial. Além disso, é importante considerar as diferenças entre os municípios, buscando um planejamento que seja integrado, mas respeite as realidades locais, garantindo uma participação mais equilibrada e efetiva no desenvolvimento da trilha.

A partir da análise realizada, observa-se que a proposta da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira apresenta potencial para fortalecer a integração regional e ampliar as estratégias de desenvolvimento turístico na região. No entanto, para que essa iniciativa se concretize de forma efetiva, torna-se fundamental fortalecer os processos de governança e mobilização social entre os municípios e os diferentes atores envolvidos no turismo. A participação ativa de gestores públicos, iniciativa privada e comunidade local pode contribuir para a construção de um planejamento mais coletivo e alinhado às realidades do território. Ao mesmo tempo, a pesquisa evidencia que ainda existem desafios relacionados à articulação institucional, à comunicação entre os municípios e à definição mais clara das estratégias de implementação do projeto. Dessa forma, iniciativas como a trilha de longo curso dependem não apenas de planejamento técnico, mas também da construção contínua de diálogo, cooperação e participação entre os atores que compõem a governança regional do turismo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Estatuto social*. Caiana: ADR Circuito Turístico Pico da Bandeira, 2026. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Planejamento estratégico 2025–2028*. Caiana: ADR Circuito Turístico Pico da Bandeira, 2025. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Plano de trabalho: implementação da Trilha de Longo Curso de Cicloturismo Pico da Bandeira*. Caiana: ADR Circuito Turístico Pico da Bandeira, 2025. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Projeto da Trilha de Longo Curso do Circuito Pico da Bandeira*. Caiana: ADR Circuito Turístico Pico da Bandeira, 2025. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Ata nº 1 Primeira Assembleia Geral da Agência de desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira*. Carangola, 03 de fevereiro de 2026. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Ata nº 2 Primeira Reunião Assembleia Geral Oficina do Sismapa*. Manhauçu, 09 de maio de 2025. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Ata nº 4 Primeira Reunião do Conselho Administrativo da Agência de desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira*. Caiana, 28 de agosto de 2025. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Ata nº 5 Segunda Reunião do Conselho Administrativo da Agência de desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira*. Caiana, 09 de dezembro de 2025. Documento interno.
- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA. *Ata nº 6 Segunda Reunião Assembleia Geral da Agência de desenvolvimento Regional do Circuito Turístico Pico da Bandeira*. Manhauçu, 12 de dezembro de 2025. Documento interno.
- ALVES, Monalisa Barbosa; SOUZA, Thaís Fátima Cerqueira. *O processo de governança na política de Regionalização do Turismo de Minas Gerais: uma análise do Circuito Turístico Caminho Novo*. Revista acadêmica observatório de inovação do turismo, p. 46-69, 2019.
- ANJOS, FRANCISCO ANTÔNIO DOS; ANDRADE, ILÁRIO CAUBI FRAGA DE. *As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro-2019 (MTUR)*. Turismo: Visão e Ação, v. 23, n. 2, p. 435-457, 2021.
- ARAÚJO, Rosalma Diniz. *Descentralização: mito ou solução? Análise dos programas de municipalização e regionalização do turismo como vetores de*

desenvolvimento socioeconômico no Brasil. SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO. Anais do ANPTUR, p. 1-15, 2016.

BANTIM, Natasha; FRATUCCI, Aguinaldo; TRENTIN, Fábila. O papel do Estado nas instâncias de governança regionais do Turismo. *Revista acadêmica observatório de inovação do turismo*, p. 39-58, 2020.

BARBARÁ, Saulo; LEITÃO, Márcia Cristina da Silva; FONTES FILHO, Joaquim Rubens. A governança regional em turismo: *realidade? Estudo de caso sobre o destino Estrada Real*. Cadernos EBAPE. BR, v. 5, p. 01-16, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – *Roteiros do Brasil: diretrizes*. Brasília: Ministério do Turismo, 2004a.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Política Nacional de Turismo 2018–2022*. Brasília: Ministério do Turismo, 2018b.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2024-2027*. O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília, 2024c.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - *Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional/Ministério do Turismo*. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007d.

CONCEIÇÃO, Cálidon Costa. Modelo analítico de governança regional de turismo-MAGRET. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, n. 2, p. 123-139, 2020.

COSTA JÚNIOR, João Florêncio da et al. Um estudo sobre o uso da escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 360-376, 2024.

DA SILVA SOUZA, Clécio; DE OLIVEIRA, Roberta Duarte; DOS SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. Políticas Públicas de Turismo: Uma Análise da Evolução do Planejamento da Regionalização nos Planos Nacionais de Turismo. ID on line. *Revista de psicologia*, v. 18, n. 71, p. 296-314, 2024.

DE PAULA, Ana Paula Paes; DE CASTRO, Rodrigo; ALVARES, Maria Lúcia. Governança pública e participação social: desafios contemporâneos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 1–18, 2018.

DE SOUZA PAVAN, Cecília; BIZ, Alexandre Augusto; THOMAZ, Guilherme Mendes. Estudo comparativo dos modelos de gestão de destinos turísticos. 2015.

EMMENDOERFER, Luana. A Política Pública de Regionalização do Turismo em Minas Gerais: os circuitos turísticos. *Revista Turismo em Análise*, v. 19, n. 2, p. 221-240, 2008.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz et al. *Gestão de destinos turísticos: fundamentos, abordagens e aplicações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; SOARES, Érica Beranger Silva. Análise do desenvolvimento turístico e da denominação designada pelo governo para qualificar

idades como destinos indutores do turismo em Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, v. 3, n. 21/22, p. 139-151, 2014.

FEDERAÇÃO DAS IGRS DE MINAS GERAIS (FECITUR). *Fecitur firma convênio inédito com a Codemig para promover as IGRs e o turismo mineiro em 2026*. 30 de dez. de 2025. Disponível em: <https://www.fecitur.com.br/post/fecitur-firma-conv%C3%AAnio-in%C3%A9dito-com-a-codemig-para-promover-as-igrs-e-o-turismo-mineiro-em-2026>. Acesso em: 20/02/2026.

FERNANDES, Laura Mary Marques; CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. A governança na política nacional de regionalização do turismo: estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. *Turismo: Visão e Ação*, v. 17, n. 2, p. 247-278, 2015.

KORÓSSY, Natália; CALABRIA, Andrea; CORDEIRO, Isabela. Organizações de gestão de destinos turísticos (OGDs): conceitos, modelos e desafios. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 15–35, 2020.

KORÓSSY, Natália; HOLANDA, Luciana; CORDEIRO, Isabela. Gestão de destinos turísticos e regionalização: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 1–20, 2022.

LIMA, Fernanda Évilin de Jesus Fortunato. Regionalização no turismo: uma revisão integrativa. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, v. 15, n. 2, p. 84-97, 2025.

MARACAJÁ, Kalyne et al. Turismo e desenvolvimento regional sustentável: políticas públicas e governança territorial no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 21, n. 1, p. 1–22, 2025.

MARTINS, Catarina; COSTA, Carlos; PACHECO, Oscar. Sistemas de gestão de destinos turísticos e tecnologias da informação. *Tourism & Management Studies*, Faro, v. 9, n. 2, p. 25–34, 2013.

MARTINS, Leylane Meneses; DE JESUS SANTOS, Cristiane Alcântara. Gestão de destinos, tecnologia social e inovação: conexão e construção para o turismo. Cenário: *Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, v. 10, n. 2, p. 256-269, 2023.

MINAS GERAIS. Decreto nº 48.804, de 25 de abril de 2024. Dispõe sobre a certificação dos circuitos turísticos como Instâncias de Governança Regionais – IGRs. *Diário Oficial do Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte, 26 abr. 2024.

MIRA, Rosário et al. O papel das DMO na gestão dos destinos turísticos: Abordagem conceptual (1999-2014). *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, p. 53-70, 2017.

MIRANDA, Samara Fernandes et al. *MARKETING DE LUGARES: UM ESTUDO DE CASO NO CIRCUITO TURÍSTICO PICO DA BANDEIRA*. Textos para Discussão- ISSN 2447-8210, v. 1, n. 1, p. 318-336, 2019.

OMENA, André et al. Trilhas de longo curso no Brasil: planejamento, governança e sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1–20, 2020.

RODRIGUES, S.L.; SOUZA, M. O papel das Governanças na regionalização do turismo. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.8, n.2, mai/ago2015, pp.234-250.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS (SECULT). *Política de regionalização do turismo de Minas Gerais*. Belo Horizonte: SECULT, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS (SECULT). *Governo de Minas, Fecitur e Codemig firmam convênio histórico para fortalecer as IGRs*. 05 Janeiro 2026. Disponível em: <https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/8763-governo-de-minas-fecitur-e-codemig-firmam-convenio-historico-para-fortalecer-as-igrs>. Acesso em: 20/02/2026.

SILVA, Ana Luísa Barbosa et al. *Uma análise da governança em rede na área do turismo*: Instância de Governança Regional Circuito Trilhas do Rio Doce. 2022.

SILVA FLORES DA, Luiz Carlos; COSTA MENDES DA, Júlio. Perspectivas do destino turístico: repensando o sentido do conceito. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 8, n. 2, p. 222-237, 2014.

TRENTIN, Fábila; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política Nacional de Turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. *Tourism & Management Studies*, p. 839-848, 2011.

VIANA, Andyara Lima Barbosa. *Modelos relacionais para a organização e o desenvolvimento regional do turismo*. 2012.

VIGNATI, Federico. *Gestão de destinos turísticos*: como atrair pessoas para pólos, cidades e países. Editora Senac Rio, 2020.

VIRGINIO, D. F.; FERREIRA, L. V. *Gestão pública do turismo*: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2., p.162-182, ago. 2013.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (WTO). *International recommendations for tourism statistics 2008*. Madrid: UNWTO, 2019.

APÊNDICE I – Perguntas de coleta de dados

1. Você se identifica como:
 - () Gestor público
 - () Comunidade local
 - () Iniciativa privada
 - () Instituição parceira

2. Informe o município ao qual você pertence ou atua:
(Resposta aberta)

3. Avalie as afirmações a seguir (escala de 1 a 5):
(1 - Discordo totalmente | 5 - Concordo totalmente)
 - A implementação da Trilha de Longo Curso deve envolver a participação ativa dos municípios da região.
 - A mobilização dos diferentes atores é essencial para o sucesso do projeto.
 - A comunicação sobre o projeto deve ser ampla e acessível.
 - A tomada de decisão coletiva gera resultados mais sustentáveis.

4. Deseja registrar alguma sugestão ou comentário?
(Resposta aberta)